

MAÍRA TEIXEIRA FERRARI

**COVID-19 E AS MULHERES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE  
DE DISCURSOS GOVERNAMENTAIS E MIDIÁTICOS**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV

2021

MAÍRA TEIXEIRA FERRARI

## **COVID-19 E AS MULHERES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DE DISCURSOS GOVERNAMENTAIS E MIDIÁTICOS**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV

2021



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Comunicação Social  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Monografia intitulada *Covid-19 e as mulheres brasileiras: uma análise de discursos governamentais e midiáticos*, de autoria da estudante Maíra Teixeira Ferrari, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier – Orientadora  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

---

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

---

Profa. Dra. Rayza Sarmiento de Sousa  
Curso de Ciências Sociais da UFV

Viçosa, 18 de maio de 2021

## AGRADECIMENTOS

*“Quero oferecer tudo o que sei fazer  
Quero agradecer por tanto que nem sei  
Quero dedicar tudo o que em mim brilhar”*

Caetano Veloso

Com esse trecho da música *Dedicatória* de Caetano Veloso, começo, já emocionada, agradecendo todos que de alguma forma contribuíram para que eu estivesse aqui hoje, por meio de trocas, aprendizados, risadas, afetos e encontros. Agradeço, principalmente às mulheres: as ancestrais, as que permearam minha vida diária, as que escreveram as reflexões em que me baseio e as que lutaram para que pudéssemos estar aqui hoje, estudando em uma Universidade Pública. Nesse sentido, agradeço também por ter sido contemplada com uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e reitero a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento das pesquisas tão importantes para nosso crescimento como sociedade. Eu sonhava em partilhar esse momento com tantas pessoas queridas em uma sala do DCM, com abraços, risadas e cafezinho. Mas saber da presença de vocês, mesmo que de longe, da luta e das trocas que serão eternas, me traz conforto ao coração.

Agradeço também a minha família por ser a minha base, minha fonte de um amor tão puro e por manter viva minha criança interior, com tantas brincadeiras e risadas. Obrigada mãe e pai, pelo suporte emocional, educacional e financeiro. Tenho muito orgulho de vocês e tento me transformar todos os dias em uma pessoa melhor, a partir dos seus exemplos. Obrigada aos meus irmãos, Lucas, Clara, Rossini e Iuri pela irmandade e felicidade, em especial minha irmã, minha coorientadora do coração, que me escutou e orientou nos momentos de dificuldade e que vibrou comigo a cada entrega. Agradeço também aos meus sobrinhos, Amora, Analu, Maitê e Martim, por ser luz em meio ao caos; às minhas avós, Célia e Maria Eugênia, por serem exemplos de mulheres fortes e maravilhosas; aos meus padrinhos, tio Tê e tia Liliam, aos meus tios, tias, primos e primas, primaiada e primatas, por formar a união de pessoas que eu mais amo nesse mundo!

Ao meu companheiro de vida, César, que me acompanhou desde o início da minha graduação, minha eterna gratidão. Pelos momentos vividos no dia a dia, pelo companheirismo, suporte, carinho e pelo amor intenso e leve, assim como a brisa do mar.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Mariana, por todas trocas e suportes sem fim, por ser uma base firme e afetuosa, com quem me sinto totalmente à vontade para

compartilhar as aflições e comemorar as alegrias. Saiba que você marcou minha trajetória aqui! Agradeço também a todos meus professores e professoras que colaboraram muito para quem eu sou hoje, em especial o Rennan, que mesmo não sendo orientador esteve sempre ali, presente, disposto a ajudar e com aquela alegria contagiante.

Agradeço imensamente aos meus amigos e amigas que estiveram comigo antes e durante a graduação, com vocês a vida vale a pena ser vivida! Gratidão especial para as minhas joanas, minhas companheiras de casinha, que transformaram meus dias mais cinzas em cores, girassóis e amores. Nossos vinhos e comidas, ao som de Tata Chama, ficarão guardados para sempre em minha memória, até porque eles não acabam aqui!

Nas palavras de Hermann Hesse: “se eu sei o que é o amor, é por sua causa.”. Ou melhor, é por causa de cada um(a) de vocês!

Em meio a tantos desafios, isolamentos e distâncias que este momento tão complexo nos impôs, foi uma alegria e um privilégio partilhar essa caminhada com vocês! Gratidão pelo amor e carinho, pela parceria e paciência, pelo companheirismo e apoio incondicional! Amo vocês com todo meu coração!

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso procurou refletir sobre questões de gênero, relacionadas às mulheres, no contexto da pandemia. Para isso, desenvolvemos um estudo tanto do discurso governamental, quanto do discurso midiático, que se apresentam aqui divididos em dois artigos. O primeiro artigo objetivou investigar e discutir os imaginários sociodiscursivos sobre mulheres e feminilidades na Cartilha *Mulheres na covid-19* construída pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), do Governo Federal do Brasil, no ano de 2020. Um contexto de pandemia, que se materializou em uma crise de saúde e uma crise política, no qual as mulheres foram extremamente afetadas em diversas frentes. Realizamos uma análise discursiva, de orientação semiolinguística, da referida cartilha, articulada a discussões sobre identidade e discurso organizacional, gênero e feminilidade. O segundo artigo se propôs a identificar e analisar quais temáticas e enquadramentos surgem em notícias encontradas na internet, relacionadas à situação das mulheres neste contexto. Partimos de uma reflexão conceitual sobre noticiabilidade e valores notícia, entendendo o que pode ou deve ser noticiado durante uma pandemia midiaticizada. Acrescentamos em nosso aporte teórico, uma discussão sobre gênero, notadamente sobre questões de trabalho e violência. O *corpus* foi constituído por 16 notícias, abordando tais questões, que surgiram ao pesquisarmos as palavras-chave “mulheres” e “pandemia” no Google Notícias. A partir das análises foi possível compreender que tanto a violência contra mulher, quanto o trabalho são problemáticas recorrentes e reconhecidas pelo Governo e por meios diversos de comunicação. Porém, a forma como essas temáticas são abordadas, enquadradas e visibilizadas difere dentro dos veículos midiáticos e em relação ao discurso governamental. Assim, a partir da análise discursiva da cartilha criada pelo MMFDH identificamos a construção da identidade do governo de detentor e simplificador das informações. Além disso, observamos a elaboração de imaginários que tendem a reforçar um ideal de feminilidade específico e a naturalizar relações de violência, ao silenciar essa discussão. Já a partir da análise de conteúdo, percebemos uma tematização diversificada em relação à violência contra mulher e às desigualdades no trabalho, sendo este dividido, por nós, em trabalho remunerado e não remunerado. Por fim, identificamos que os valores-notícia mais acionados são os de impacto, quando se trata do trabalho, e tragédia/drama, relativo à violência.

## PALAVRAS-CHAVE

Pandemia; Gênero; Análise Discursiva; Análise de Conteúdo

## **ABSTRACT**

This course conclusion paper sought to reflect on gender issues, related to women, in the context of the pandemic. For this, we have developed a study of both governmental and media discourse, which are presented here divided into two articles. The first article aimed to investigate and discuss the sociodiscursive imaginary about women and femininities in the booklet: *Mulheres na Covid-19*, built by the Ministry of Women, Family and Human Rights (MHFHR), of the Federal Government of Brazil, in the year of 2020. A pandemic context, which have been materialized in a health and a political crisis, in which women were extremely affected on several fronts. We conducted a discursive analysis, with a semi-linguistic orientation, of the referred booklet, articulating discussions about identity and organizational discourse, gender and femininity. The second article aimed to identify and analyze which themes and frameworks appear in news found on the internet, related to the situation of women in that context. We started from a conceptual reflection on news and news values, understanding what can or should be reported during a mediatized pandemic. We add in our theoretical contribution, a discussion on gender, notably on issues of work and violence. The corpus consisted of 16 news items, addressing such issues, which arose when we searched for the keywords “women” and “pandemic” on Google News. From the analyzes it was possible to understand that both violence against women and work are recurrent problems and recognized by the Government and by various means of communication. However, the way these themes were approached, framed and made visible differs within the media and in relation to government discourse. Thus, from the discursive analysis of the booklet created by the MHFHR, we identified the construction of the government's identity as the holder and simplifier of the information. In addition, we observed the creation of imagery that tends to reinforce a specific femininity ideal and to naturalize violent relationships, by silencing this discussion. Already from the content analysis, we perceive a diversified thematization in relation to violence against women and inequalities at work, which is divided by us into paid and unpaid work. Finally, we identified that the most triggered news values are those of impact, when it comes to work, and tragedy/drama, related to violence.

## **KEY-WORDS**

Pandemic; Gender; Discursive analysis; Content analysis

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. MULHERES E COVID-19: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A CARTILHA DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS.....	15
1.1. INTRODUÇÃO.....	15
1.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	17
1.2.1. Considerações sobre organizações e discurso .....	17
1.2.2. Discussões sobre gênero e feminilidades .....	19
1.3. METODOLOGIA.....	20
1.4. ANÁLISES .....	24
1.4.1. Infantilização do público-alvo e assimetria de informações .....	24
1.4.2. Universalização do público-alvo a partir da maternidade .....	27
1.4.3. O cuidado como atribuição feminina.....	27
1.4.4. Demais atributos de feminilidade .....	29
1.4.5. Violência como temática presente, mas pouco desenvolvida.....	30
1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31
1.6. REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
CAPÍTULO 2. MULHERES E PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO MIDIÁTICO.....	35
2.1. INTRODUÇÃO.....	35
2.2. O QUE PODE OU DEVE SER NOTÍCIA DURANTE UMA PANDEMIA? .....	38
2.3. QUANDO SE BUSCA POR PANDEMIA E MULHERES O QUE É NOTÍCIA? .....	40
2.3.1. Notícias sobre trabalho .....	47
2.3.2. Notícias sobre violência.....	52
2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
2.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63



## INTRODUÇÃO

*Luta. Substantivo feminino. Feminino? Feminismo não é antifeminino? É o contrário do machismo? Não, feminismo é o contrário da solidão. Feminismo, corpos, pelos, cabelos. Aborto. Estupro. Salário menor, assédio, trabalho maior. “Filhos: melhor tê-los, mas se não tê-los, como sabê-los?” Maternidade compulsória, creches, trabalho doméstico, trabalho não remunerado. Solidão, cuidado. Cuidado é diferente de amor. Classe social. Identidade? Desigualdade. Racismo, lesbofobia, transfobia: existe espaço para mulheres trans no nosso feminismo? Antifeminista, feminista porém feminina, igualdade e não superioridade das mulheres, mansplaining, micromachismo, cultura do estupro, maninterrupting, gaslighting, objetificação, patriarcado, feminicídio, misoginia, interseccionalidade, bropropriating, revenge porn, empoderamento, sororidade. Lugar de homem, lugar de mulher, brincadeira de menino, brincadeira de menina, segura esse choro, cruza as pernas direito, que roupa masculina! Gorda demais, magra demais, bunda demais, bunda de menos. Violência. Em casa: pai, marido, irmão, vizinho. Poder, espaço público, participação, visibilidade, voz. Cotas, rivalidade, sororidade, dororidade. Você está aí? (D’Ávila, 2019).*

Nos últimos dias do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o alerta<sup>1</sup> de inúmeros casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Apenas uma semana mais tarde foi confirmada pelo país uma infecção por um novo tipo de coronavírus, posteriormente denominado de SARS-CoV-2, responsável por causar uma doença, protagonista do mundo no ano de 2020, a COVID-19.

Em 11 de março, decorrente de níveis acelerados e crescentes de propagação e gravidade do vírus em diferentes países, a OMS decretou o surto como uma pandemia<sup>2</sup>, fechando cidades, comércios, escolas; colocando milhões de pessoas em isolamento, algumas sem poder trabalhar, outras trabalhando remotamente. Famílias inteiras em casa, crianças, jovens, adultos e idosos, em uma convivência intensa, diferente e desafiadora, ou até mesmo, uma não convivência, considerando pessoas que ficaram sozinhas na quarentena.

No Brasil, o primeiro caso dessa síndrome respiratória aguda grave foi confirmado no dia 26 de fevereiro<sup>3</sup>. No início de abril o país já apresentava mais de 8 mil casos confirmados, em dezembro se ultrapassava os 7 milhões e se aproximava de 200 mil óbitos<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#.X9jgddhKhPY>. Acesso em 21/12/2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

Este acontecimento, provocador de tal cenário tortuoso, extremamente difícil e inesperado, faz emergir novas experiências, revelando identidades e diferenças, inclusive de gênero, que criam, por sua vez, novas relações de força com o contexto e o ambiente.

Nessa perspectiva, pautados pela noção de John Dewey (1980), compreendemos que a experiência é movimento resultante e provocador da interação entre criatura viva e ambiente, de modo que, tanto criatura quanto ambiente se co-constituem/se atualizam/se modificam. (BALDISSERA, MAFRA, 2019, p.9)

Fica evidente, após um ano de pandemia, que o cotidiano de cada pessoa ao redor do mundo foi impactado direta ou indiretamente e sofreu incontáveis transformações. No entanto, mesmo diante do desconhecimento dos desafios que ainda virão, uma questão se mostra com clareza: o abalo sentido por determinados grupos sociais, em situações de vulnerabilidade ou desigualdade, como a situação das mulheres, será enorme, profundo, complexo e duradouro.

Neste sentido, as medidas de isolamento, necessárias para contenção do vírus, evidenciaram dimensões de desigualdades de gênero já existentes, mas potencializadas pelo novo contexto. A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado foi uma das questões levantadas pela pesquisa *Sem Parar - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*<sup>5</sup> como muito presente desde o início do isolamento nos municípios brasileiros.

Dados apresentados pela pesquisa mostram que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia e 41% das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia, com manutenção de salários, afirmaram trabalhar mais na quarentena, na qual as relações entre trabalho e atividades domésticas se misturam profundamente.

Além disso, as mulheres estão muito presentes nos trabalhos informais, afetados diretamente pela pandemia, como o próprio trabalho doméstico. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2020<sup>6</sup> mostram que 70% dessas trabalhadoras não possuem carteira assinada. Além da precariedade dos vínculos trabalhistas, a fragilidade de garantia do trabalho, emprego e renda que se acirra em períodos de crise, o tipo de trabalho desempenhado pelas profissionais, em contato direto com outras pessoas e seus objetos, representam os principais fatores que expõem as profissionais no atual contexto da pandemia.

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada por **Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF)**. Disponível em: <http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-revela-aumento-da-situacao-vulnerabilidade-das-trabalhadoras-domesticas-durante-a-pandemia/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

De acordo com a ONU Mulheres<sup>7</sup>, o trabalho doméstico concentra uma das maiores forças de trabalho de mulheres no Brasil: cerca de 90% das 6 milhões de profissionais. Dentre estas 60% são mulheres negras, evidenciando uma desigualdade ainda maior na intersecção gênero e raça.

Outra questão muito importante que se apresenta neste momento é o aumento da violência contra mulher. Dados oficiais<sup>8</sup> do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos anunciaram um aumento médio de 14,1% no número de denúncias feitas ao Ligue 180 nos primeiros quatro meses de 2020 em relação a 2019. Este número, porém, pode não representar o crescimento real, visto que a presença do agressor em casa pode inibir a realização da denúncia. A violência de gênero - classificada assim por abranger diversos grupos de mulheres - deve ser analisada considerando o contexto cultural marcado por grande machismo e força do patriarcado, ou seja, por um comportamento que favorece e acredita na superioridade masculina e por uma estrutura de poder pertencente às classes dominantes, compostas por homens brancos, exercendo a dominação sobre o sexo feminino, respectivamente. Segundo Arendt (1994), a violência é a forma mais evidente da manifestação de poder, assim como, poder e violência devem ser compreendidos como opostos, pois onde há domínio absoluto de um, há ausência do outro.

A Pesquisa<sup>9</sup> DataSenado de 2017 mostra que 74% das mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica foram agredidas por homens com quem tem ou tiveram um relacionamento. Segundo a ONU Mulheres<sup>10</sup>, em contextos como o atual, o crescimento dos riscos da violência doméstica acontece devido ao aumento das tensões dentro de casa, visto que mulheres em relacionamentos abusivos e violentos, em isolamento social, ficam expostas ao seu abusador por longos períodos de tempo, o que dificulta ligações telefônicas para denúncias ou para a polícia.

Essas violências e desigualdades de gênero, embora aprofundadas na pandemia, sempre estiveram presentes e justificaram/justificam pesquisas em diversos campos das Ciências. Os estudos de Gênero estão presentes no campo da Comunicação há mais de 30 anos. A lente das

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazem-campanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacao-internacional/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datsenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). Acesso em 29 de outubro de 2020.

pesquisas foi mudando concomitantemente ao contexto, passando pelo foco na mensagem, com objetivo de compreender o universo feminino por meio dos conteúdos veiculados nas diversas mídias; em seguida o olhar para o receptor, entendendo a comunicação como um processo de interação e depois trazendo o foco para as diversas representações midiáticas existentes. (ESCOSTEGUY E MESSA, 2006)

Atualmente, as lutas identitárias têm se feito muito presentes no campo da pesquisa, evidenciando a importância de compreender as diferenças, os direitos e a diversidade existente em nossa sociedade. De acordo com Sarmiento (2019, p.99) “os meios de comunicação são instâncias centrais para a compreensão das desigualdades de gênero nas sociedades ocidentais”. Objetivando entender essa relação, o campo da comunicação, que é atravessado e atravessa pelos/os estudos de gênero, possui o foco em refletir as diversas formas de opressão ligadas aos dispositivos midiáticos.

Estamos inseridos em uma sociedade marcada por grande midiaticização, na qual os processos sociais estão inseridos em uma lógica midiática, com grande aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade (BRAGA, 2012).

Assim, hoje, o que atrai fortemente nossa atenção são esses processos – cujas ações não se restringem ao objeto “meios” nem ao objeto “receptores e suas mediações”, mas os incluem, a ambos, em formações muitíssimo diversificadas e ainda articulados a outras formações. (BRAGA, 2012, p.35).

A mídia caminha de um instrumento de mediação a uma instituição reveladora de lugares de fala, de posicionamentos, com força de influenciar mudanças em outras instituições e nessa relação, precisar também se modificar. Segundo Hjarvard (2012) a mídia não pode mais ser entendida de forma separada das instituições culturais e sociais.

A midiaticização é um processo de dupla face no qual a mídia se transformou em uma instituição semi-independente na sociedade à qual outras instituições têm que se adaptar. Ao mesmo tempo, a mídia se integrou às rotinas de outras instituições, como política, família, trabalho e religião, já que um número cada vez maior das atividades destes domínios institucionais é realizado através tanto dos meios de comunicação interativos quanto dos meios de comunicação de massa. (HJARVARD, 2012, p.53).

Neste contexto, notícias e iniciativas sobre a situação das mulheres durante a pandemia da covid-19 são veiculadas pela mídia e por órgãos do Governo. Desde o aumento da violência doméstica, jornadas de trabalho doméstico e de cuidados parentais muito maiores, devido ao

isolamento, alto índice de desemprego de trabalhadoras informais, até cartilhas destinadas aos cuidados femininos neste período.

Diante disso, alguns questionamentos emergem: Quais as relações de gênero, padrões e imaginários sociodiscursivos<sup>11</sup> são evidenciados com essas notícias e ações? Como os problemas vividos por mulheres durante a pandemia são abordados, divulgados e problematizados pela mídia e pelo Governo por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)?

Propomos, assim, analisar essa relação de gênero sob dois vieses: o discurso governamental, sendo o Governo o sinalizador oficial de políticas públicas e de direcionamento da sociedade; e o discurso midiático, notadamente o jornalístico, entendendo a mídia como principal agente de mediação entre as ações do governo e a própria sociedade, carregando grande importância em trazer e dar visibilidade aos temas que surgem no cotidiano das mulheres. Consideramos, portanto, a grande relevância deste estudo para dar início à uma compreensão dessas relações de gênero nos discursos midiáticos e governamentais em um contexto de pandemia e mundo midiáticos.

Dessa forma, nosso objetivo geral é analisar como os problemas vividos por mulheres durante a pandemia do covid-19 são abordados, divulgados e problematizados pela mídia e pelo Governo por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Para tanto, dividimos a monografia em 2 capítulos desmembrados, um abordando o discurso governamental e outro o discurso midiático, cada um a partir de um objetivo específico. Ambos capítulos foram escritos no formato de artigos, vislumbrando um processo de comunicação pública dos resultados dessa pesquisa. Ademais, se faz necessário sinalizar que essa Monografia está inserida no projeto de Iniciação Científica: *Estéticas e discursos de uma pandemia midiática: a Covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo*. Projeto de pesquisa elaborado pela professora Mariana Procópio e pelo professor Rennan Mafra e para o qual fui contemplada com bolsa do PIBIC.

De acordo com a divisão dos capítulos, o primeiro abordou o discurso governamental, com objetivo específico de caracterizar e analisar os imaginários sociodiscursivos sobre ser mulher na pandemia, presentes no discurso e nas iniciativas do MMFDH. Utilizamos como base teórica as discussões acerca da elaboração da identidade (SILVA, 2013) e do discurso organizacional (BALDISSERA, MAFRA, 2019), para entender a identidade e discurso

---

<sup>11</sup> Categoria teórico-analítica da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. Os imaginários sociodiscursivos são constituídos por meio da simbolização do mundo, de forma afetiva ou racional, no e pelo discurso, através das relações humanas (VALENTIM, PROCÓPIO, FONSECA, 2018).

governamental, assim como as construções sociais de gênero (SCOTT, 1989) e de feminilidade (VIEIRA, 2019) associados ao ser mulher nesse período de pandemia. Foram utilizados diversos autores e autoras para complementar as discussões. Para este capítulo a metodologia recorreu à análise discursiva de orientação semiolinguística, especificamente a partir da categoria analítica de imaginários sócio discursivos (CHARAUDEAU, 2017).

Já o segundo ocupou-se de analisar produções jornalísticas midiáticas, a fim de identificar quais padrões, temáticas e enquadramentos que surgem em notícias gerais da internet, relacionadas à situação das mulheres, em um contexto de pandemia midiaticizada. Neste capítulo, a fundamentação teórica se firmou em debates sobre midiaticização (BRAGA, 2012), noticiabilidade (SILVA, FRANÇA, 2017) e valores notícia (SILVA, 2005) para entender como está sendo feito, a partir de quais enquadramentos, o jornalismo em tempos de pandemia. Além disso, abordamos também a discussão de gênero, principalmente na divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2018) e na violência contra mulher, temáticas recorrentes nas notícias encontradas. Outra vez, utilizamos diversos outros autores e autoras para realizar tais discussões. Para tal, realizamos uma análise de conteúdo inspirada na teoria de Laurence Bardin (2011), na qual procuramos por reportagens, a partir de palavras-chave que representassem nosso corpus, no Google notícias.

Teremos então, o primeiro capítulo intitulado: *Mulheres e covid-19: uma análise discursiva sobre a Cartilha do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos* e o segundo capítulo: *Mulheres e pandemia: uma análise de conteúdo midiático*. Este trabalho se faz como um *grito* de resistência e luta, por meio da pesquisa científica tão importante para a construção de conhecimentos essenciais para o desenvolvimento de uma nação, ao mesmo tempo em que é tão questionada na atualidade. Como mulher, cis, branca, hetero, e com condições financeiras que me permitiram estudar em escolas particulares, me localizo em diversos privilégios e desejo, a partir dessa possibilidade de acessar o espaço de uma universidade pública, contribuir para que os estudos em comunicação e gênero possam sempre avançar como forma de entender as desigualdades, abraçar as diferenças e assim, trabalhar para alcançar espaços mais igualitários e plurais.

# CAPÍTULO 1. MULHERES E COVID-19: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A CARTILHA DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

## RESUMO

Este trabalho se propôs a investigar e discutir os imaginários sociodiscursivos sobre mulheres e feminilidades na Cartilha *Mulheres na covid-19* construída pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), do Governo Federal do Brasil, no ano de 2020, em um contexto de pandemia que trouxe transformações sociais de proporções ainda não mensuráveis. No Brasil, a pandemia do novo coronavírus se materializou em uma crise de saúde e uma crise política, na qual as mulheres foram extremamente afetadas em diversas frentes, como a partir do aumento da violência doméstica e da sobrecarga de trabalho. Nesta pesquisa realizamos uma análise discursiva, de orientação semiolinguística, da referida cartilha, articulada a discussões sobre identidade e discurso organizacional, gênero e feminilidade. Por meio de nossas análises, foi possível identificar a construção de um imaginário de feminilidade, essencialmente demarcado na figura da mãe, responsável pelos filhos e pelo trabalho doméstico. Acrescenta-se a este imaginário representações hegemônicas de feminilidade: delicadeza, emoção, instabilidade, impulsividade e insegurança. Ademais, identificamos uma tendência de infantilização das mulheres, ao encontrarmos estratégias discursivas de simplificação do conteúdo, principalmente quando diz respeito ao contexto do mercado de trabalho. Por fim, observamos a construção do discurso organizacional do MMFDH como agente detentor e simplificador do conhecimento que, além de reforçar um ideal de feminilidade específico, naturaliza relações de violência, ao silenciar essa discussão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia, Gênero, Imaginários sociodiscursivos, Feminilidade, Discurso Organizacional.

## 1.1. INTRODUÇÃO

A pandemia global do novo coronavírus é um acontecimento contemporâneo, sem precedentes, que gerou uma série de alterações sociais. A vivência e a dinâmica cotidiana das pessoas, no âmbito pessoal, familiar, social e profissional, sofreu - de diferentes formas, a partir de diferentes contextos - grandes mudanças, desafios e adaptações.

Com o isolamento social forçado pela covid-19, as relações familiares no espaço da casa foram marcadas pelo aumento de tensões, já existentes, de violência de gênero. De acordo com dados<sup>12</sup> do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) o número

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://bit.ly/38DkpoJ>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

de denúncias de violência contra mulher aumentou em média 14,1% nos primeiros meses de 2020 em relação a 2019. Números estes que podem não representar a exatidão do crescimento, visto que tanto as mulheres quanto os agressores ficam agora mais dentro de casa, o que dificulta o processo de denúncia.

Além disso, dados apresentados pela pesquisa *Sem Parar - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*<sup>13</sup> mostram que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia e 41% das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena, no qual as relações entre trabalho e atividades domésticas se misturam profundamente.

É neste contexto que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, como órgão do Governo responsável por fornecer informações ao público feminino, e com colaboração da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) construiu e publicou uma Cartilha<sup>14</sup> destinada às mulheres com informações sobre situações relativas à pandemia. Nesse documento, o Ministério aborda cuidados que precisam ser tomados para evitar o contágio, formas de lidar com a violência contra mulher e questões relativas ao mercado de trabalho.

Porém, sendo o Ministério uma organização, composta por sujeitos em relação, que dispõe de um discurso para se posicionar e mobilizar significados (BALDISSERA, MAFRA, 2020), a cartilha é inserida em uma narrativa escolhida pelo órgão. Assim como qualquer narrativa, escolhas são feitas, informações são selecionadas para serem contadas e por consequência outras são silenciadas.

Diante disso, alguns questionamentos emergem: Quais as relações de gênero, padrões e imaginários sociodiscursivos são evidenciados com esta cartilha? Como os problemas vividos por mulheres durante a pandemia são abordados, divulgados e problematizados pelo Governo por meio do MMFDH?

Este artigo tem como objetivo caracterizar e analisar os imaginários sociodiscursivos sobre ser mulher na pandemia, presentes no discurso e nas iniciativas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Especificamente, buscamos (i) encontrar as marcas discursivas que nos sinalizam estes imaginários e (ii) refletir sobre o modo como o governo federal, em

---

<sup>13</sup> Pesquisa realizada por **Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF)**. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/cartilha-orienta-mulheres-durante-a-pandemia-do-coronavirus/mulherescovid19\\_Alterado\\_corrigido.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/cartilha-orienta-mulheres-durante-a-pandemia-do-coronavirus/mulherescovid19_Alterado_corrigido.pdf). Acesso 13 de março de 2021.



uma produção concreta do MMFDH, materializa seu entendimento sobre gênero e feminilidades no contexto da pandemia.

## **1.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.2.1. Considerações sobre organizações e discurso**

Partimos da concepção da Organização como sendo “unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos” (ETZIONI, 1980, p. 9). É com esta conceituação que compreendemos, neste trabalho, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como integrante da organização governo Federal. Sendo a organização formada por agrupamentos humanos em constante construção/mudança e considerando ainda que esses sujeitos construtores estão sempre em relação, em constante movimento e motivados por objetivos e percepções distintas, verifica-se a existência de um tensionamento constante, em diversas direções, tornando, portanto, impossível pensar a identidade organizacional como algo estático, mas sim como (re)tecida permanentemente (BALDISSERA, 2007).

Essa mudança contínua reflete as dinâmicas de formação das identidades dos sujeitos que compõem essas organizações. Portanto, para entender a identidade e, por consequência, o discurso organizacional, é importante compreender os processos de identificação. De acordo com Silva (2013), pensar em identidade só é possível quando pensamos no que não somos, ou seja nas diferenças. Além disso, a identidade e a diferença são criações sociais, linguísticas e discursivas, criadas por diferentes pessoas nos atos de linguagem e em diferentes contextos. Porém, a linguagem é instável, uma vez que, os signos não são definidos como objetos concretos, algo ou uma “coisa” específica, não têm um conceito fechado. Sendo também formações linguísticas, a identidade e a diferença são igualmente instáveis (SILVA, 2013).

Por ser também uma construção social, a diferenciação, ou seja, identidade e diferença, são marcadas por relações de disputas de poder (SILVA, 2013). Quem tem o poder de definir de forma impositiva a identidade tida como normal, natural e correta, demarcam fronteiras, incluem ou excluem identidades, classificam os grupos e normalizam a sua identidade em detrimento das outras. Em outras palavras, identidade e a diferença estão relacionadas com a forma como a sociedade classifica, hierarquiza e atribui valor aos grupos, sobretudo, a partir de relações de poder.

As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (SILVA, 2013, p.83).

Existe, nessa relação de poder, uma tentativa de estabilização por meio da linguagem, por exemplo a naturalização de uma identidade em detrimento de outras, ou um argumento biológico para justificar a dominação masculina sobre a feminina. Entretanto, esta tendência a fixação não é possível, visto que tanto a linguagem quanto a identidade são instáveis e dependem de quem a constrói e a vivencia, a partir de diferentes contextos socioculturais. Portanto, em um contexto de identidade instáveis e móveis, uma organização precisa ser constituída por um mínimo de identidades para existir, mas dessa forma fica imersa em diversos fluxos identificatórios com força para gerar inúmeras perturbações (SILVA, BALDISSERA, MAFRA, 2019).

Em um contexto organizacional marcado pela predominância masculina em posições de poder (YANNOULAS, 2002), e sendo este capaz de definir as identidades, são os homens que definirão o que é a norma, a identidade dominante e o que se espera de homens e mulheres. Nessa lógica, o discurso organizacional, em uma tentativa de controle, institui as representações de identidade de consenso como as únicas possíveis, impedindo a aparência das diferenças e do dissenso (BALDISSERA, MAFRA, 2020). Portanto, ao se falar algo sobre um sujeito ou uma organização, reflete-se também sobre quem é o enunciador e qual sua intencionalidade, pois “toda fala e toda materialização discursiva atualiza relações de poder, de modo que os discursos nunca são aleatórios e/ou desprovidos de intenção.” (BALDISSERA, MAFRA, 2020, p.06).

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos é uma organização, inserida em um contexto organizacional masculinizado, e conduzido, atualmente, por uma mulher, a Ministra Damares Alves, o que poderia ser entendido como uma representatividade de gênero dentro do Governo. Porém, a ministra evidencia discursos de naturalização dos papéis considerados femininos, como por exemplo reduzir os trabalhos profissionais, que podem ser realizados por mulheres, às habilidades que se espera das mesmas, vinculadas com a esfera doméstica<sup>15</sup>. Discursos estes que evidenciam as experiências e se apresentam como práticas sociais de (des)legitimação da representatividade.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-faz-bolo-para-marcar-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em 20 de abril de 2021.

### 1.2.2. Discussões sobre gênero e feminilidades

As relações de gênero se apresentam, na história do mundo ocidental, como desiguais, fundadas a partir de uma sociedade na qual prevalece uma oposição binária entre masculino e feminino. Uma das formas de questionamento e inserção de novos debates frente às questões de gênero e dos binarismos ocorre com o movimento feminista<sup>16</sup>. O feminismo, principalmente para as feministas revolucionárias, “é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.” (Hooks, 2020 p.17).

A importância de trazer o sexismo<sup>17</sup> para definição do feminismo se dá como uma forma de desconstrução da imagem do que é o feminismo - por exemplo, um movimento anti-homem - apresentada pelas mídias tradicionais e sedimentada no imaginário da população no geral. Apontar o sexismo como problema é mostrar que ações de discriminação fundamentadas no sexo, podem existir vindas de homens, mas também de mulheres. Além disso, demonstra que não adianta apenas uma luta por igualdade de gênero, por exemplo no trabalho - cargos iguais, com salários iguais, para mulheres e homens - sem discutir a desigualdade de classe e raça.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero está, de uma forma geral, relacionado com a construção social da dimensão biológica de sexo, ou seja, mulheres e homens são construídos das realidades sociais e culturais, que os atribuem diferentes significados. Segundo Scott (1989), isto implica em determinar funções específicas para mulheres e homens. Aquelas inseridas na esfera privada: ser mãe, esposa, responsável pelo trabalho e cuidado de casa e estes ao domínio da esfera pública: o provedor, a racionalidade, o chefe da família.

Ademais, é na construção dos *significados culturais* a partir das diferenças sexuais que amparam-se as desigualdades e hierarquias, ou seja, “para Scott, gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais constituídas nas relações de poder (SCOTT, 2016, apud VIEIRA, 2019, p.51). Relações estas que constroem, na sociedade, a partir da alteridade dos corpos, ideais de ser mulher e de ser homem (CONNELL, 1995 apud VIEIRA, 2019). É neste âmbito que se define o conceito de masculinidade: “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p.188), como uma

---

<sup>16</sup> Um conjunto de movimentos filosóficos, teóricos e práticos que lutam por direitos de todas, todes e todos. Podendo ser definido como "o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiça que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado" (TIBURI, Marcia, 2018).

<sup>17</sup> De acordo com as definições de Oxford Languages, sexismo é: atitude de discriminação fundamentada no sexo. Disponível em: <https://bit.ly/3typzdv>. Acesso em 6 de maio de 2021.

característica que varia culturalmente ao longo da história e evidencia, não apenas a teoria, mas as práticas que envolvem as desigualdades e relações de poder imersas na discussão de gênero.

Pateman (2013) também discute a diferenciação dos papéis sociais a partir da perspectiva do patriarcado<sup>18</sup>, na qual são instituídas socialmente a produção e o trabalho como pertencentes à esfera pública, enquanto a família e as relações familiares à esfera privada. Sendo o patriarcalismo baseado na premissa da natureza, a função natural da mulher é de procriação e, portanto, seu lugar é doméstico e subordinado na ordem social da vida. “As feministas argumentam que [...] a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista” (PATEMAN, 2013, p.57).

Dessa forma, por ser a feminilidade construída, assim como o gênero, em uma perspectiva relacional e fundada em relações de dominação, ela é percebida em relação e oposição à masculinidade (VIEIRA, 2019). O ideal de masculinidade se relaciona à esfera pública e às características de força, coragem, responsabilidade, autocontrole, equilíbrio e estabilidade. Em oposição, a feminilidade é então definida como sinônimo de fragilidade, delicadeza, comedimento público, insegurança e instabilidade (DINIZ, 2016). Ou seja, a feminilidade é a construção de um imaginário do que é ser mulher, uma representação que legitima, a partir de um sistema de crenças, o controle e a dominação masculina. Assim, permeada por relações de poder, a feminilidade é normatizadora, tida como natural, quase biológica, da mulher (VIEIRA, 2019).

### **1.3. METODOLOGIA**

Neste artigo, analisaremos o discurso governamental a partir da cartilha criada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) destinada às mulheres neste contexto de pandemia. Entendendo este órgão como o principal agente, oficial do Governo, comunicador de informações relacionadas ao gênero feminino, buscamos analisar as marcas discursivas que nos apontam para os imaginários discursivos sobre mulher e feminilidades nos quais o governo se ancora para construir seu discurso institucional. Assim teremos uma ideia concreta de como o governo, especificamente o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, entende e representa as mulheres, sobretudo no contexto da pandemia.

---

<sup>18</sup> Regime, em permanente transformação, de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015).



Para isso, recorreremos à Análise do Discurso de orientação francesa, pois acreditamos ser tal metodologia capaz de nos revelar sentidos, a partir de práticas sociais, localizadas no tempo e no espaço. A Análise do discurso permite a investigação de um objeto tangenciando os contextos de produção, sendo a linguagem reveladora de relações sociais, de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pelo contexto.

Neste trabalho utilizaremos a corrente de análise do discurso semiolinguística, elaborada pelo teórico Patrick Charaudeau, para quem o processo de significação compreende elementos de ordem psicossociohistórica e também de ordem da linguagem:

Semio-, de “semiosis”, elucidada a construção do sentido e de sua configuração em relação a forma-sentido, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2005, p. 1-2).

É possível, pois, compreender que a principal baliza da teoria semiolinguística é que a linguagem mantém uma estreita relação com o contexto psicossocial na qual ela se realiza, evidenciando assim um caráter relacional e comunicacional da abordagem. O processo de significação irá envolver não apenas a configuração semiológica visível, mas também os

diversos saberes e discursos que são acionados pelos sujeitos durante os processos de produção e interpretação de um ato de linguagem.

Dentre as categorias teórico-analíticas, interessa-nos abordar, neste trabalho, o conceito de “imaginários sociodiscursivos”, constituídos por meio da simbolização do mundo, de forma afetiva ou racional, no e pelo discurso, através das relações humanas (VALENTIM, PROCÓPIO, FONSECA, 2018). Estes são formados a partir das representações sociais que constroem e significam os seres humanos e seus comportamentos, os fenômenos e os objetos do mundo, e que se cristalizam na memória coletiva a partir de sua repetitiva enunciação. “Tais imaginários sociodiscursivos estabelecem valores e justificam ações de indivíduos, demonstrando as visões de mundo relativas a um determinado assunto e em uma situação comunicativa específica” (VALENTIM, PROCÓPIO, FONSECA, 2018, p.92). Dessa forma, são tratados como uma maneira de cimentar o elo social em um determinado domínio da prática cotidiana.

O imaginário é considerado sociodiscursivo na medida em que se faz na prática social (política, religiosa, artística, etc.) e através da fala, ou seja, ele resulta das representações que constroem o pensamento, a qual se faz pela sedimentação de discursos narrativos e argumentativos.

A mecânica das representações sociais gera, através da produção de discursos, os saberes que se estruturam em saberes de conhecimento e saberes de crença, os quais se configuram, por sua vez, em tipos de saberes. É a partir desses tipos de saberes, e sempre por meio da produção discursiva, que se organizam os sistemas de pensamento conforme os princípios de coerência que criam teorias, doutrinas ou opiniões (CHARAUDEAU, 2017, p.580).

Sendo assim, os saberes de conhecimento tendem a estabelecer uma verdade explicadora dos fatos e fenômenos do mundo, fundada de forma exterior ao homem, exprimindo uma verdade que não é subjetiva, e que tem como garantia a possibilidade de verificação, ou seja, “quando prevalece uma relação do mundo sobre o sujeito, por meio da ciência e/ou da experiência” (VALENTIM, PROCÓPIO, FONSECA, 2018, p.92). Este é, então, dividido em dois tipos de saberes: conhecimento - constrói explicações sobre o mundo através de uma razão científica, baseando-se em procedimentos de observação, experimentação e cálculo, estabelecidos dentro da ordem do provado; e de experiência - constrói explicações sobre o mundo por meio da experiência, não possui procedimentos particulares para serem provados.

Já os saberes de crença procedem do olhar que o sujeito possui sobre os eventos e as ações do homem, sendo assim, portador de julgamento. Ao contrário dos de conhecimento, estes não se baseiam na explicação dos fenômenos do mundo, mas sim, em avaliações das mesmas. “Já não tratamos mais da enunciação de um “ele-verdadeiro”, mas sim de um “nós-verdadeiro”, que interioriza o saber e ao mesmo tempo o deseja compartilhado” (CHARAUDEAU, 2017, p.583)

Tais saberes são também divididos em outros dois saberes: revelação - verdade exterior ao sujeito com um caráter sagrado, dogmático, recusando qualquer contradição ou crítica; e opinião - realizado a partir de avaliações das quais o sujeito se posiciona e julga a partir dos fatos do mundo. “A opinião resulta de um movimento de apropriação, da parte de um sujeito, de um saber dentre os saberes circulantes nos grupos sociais. Esse saber é, então, ao mesmo tempo pessoal e partilhado, e é por isso que não pode ser discutido” (CHARAUDEAU, 2017, p.584)

Os saberes de opinião, são, ainda, divididos em 3 categorias. A opinião comum - generalizante e que pretende ser universal. Nela o sujeito falante não se posiciona, faz uma apropriação da crença popular - a opinião relativa - tem um alcance menor, pois emana de um sujeito ou grupo e é relativa a um determinado grupo/contexto, portanto é circunstancial. Ela é fundamentalmente crítica, uma vez que se coloca frente a outros grupos, portanto se insere em um espaço democrático - e a opinião coletiva - expressa de um grupo a respeito de outro, estabelecendo este em um categoria definitiva, “está em questão uma opinião de forte valor identitário, que não se discute e que essencializa um grupo” (CHARAUDEAU, 2017, p.586).

É a partir destes saberes, no âmbito das práticas sociais, que são formados os imaginários (CHARAUDEAU, 2017). Apesar da separação com finalidade analítica, os saberes se misturam no fluir dos discursos, nos quais cada domínio “engendra saberes e imaginários que lhe são próprios, mas ao mesmo tempo, estes podem circular de um domínio a outro” (CHARAUDEAU, 2017, p. 588). Há, portanto, uma dinâmica discursiva, envolvendo os saberes, que pode revelar tentativas de controle e de representação do “eu” e do “outro”, nas quais determinados saberes são acionados, porém na realidade refletem características de outros saberes. Isto acontece, por exemplo, quando se tenta impor um conhecimento dito científico, quando na verdade ele está mais vinculado a saberes de crença.

O *corpus* escolhido para este trabalho é a Cartilha<sup>19</sup> *Mulheres na covid-19* elaborada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, A Cartilha possui 68 páginas e é dividida em quatro capítulos: Saúde, Enfrentamento à violência, Mercado de Trabalho e Dicas Importantes. Ademais, ela foi construída pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) com colaboração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e apresenta em sua ficha técnica os nomes do presidente da República, Jair Bolsonaro, a ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves e a secretária nacional de políticas para as mulheres, Cristiane Rodrigues Britto.

Procuramos pelas formas de divulgação da cartilha e encontramos apenas a disponibilização online. Em um contexto de midiaticização, sabemos que intensifica-se o processo de circulação e que as produções podem se fazer presentes em circuitos não previstos, o que pode gerar inclusive diferentes produções de sentido sobre elas (BRAGA, 2012). Mas, neste trabalho, não conseguimos (por não ser nosso objetivo) rastrear outros circuitos pelos quais a cartilha pode ter passado. Assim, acreditamos que a acessibilidade da cartilha seja potencialmente mais restrita considerando que as condições de acesso à rede são desiguais e muitas mulheres podem não conseguir visualizar o PDF.

#### **1.4. ANÁLISES**

Conforme dito anteriormente, nossas análises visam a identificar e refletir sobre os imaginários sociodiscursivos projetados pela cartilha governamental para as mulheres, no contexto da pandemia. Procuramos identificar os indícios discursivos, sobretudo as pistas de ordem lexical e as estratégias discursivas que sinalizam estes imaginários e nos deixam indícios sobre as marcas identitárias do discurso governamental e seus agentes.

Para fins de uma melhor organização de nossos resultados, optamos por elencar aqui as principais observações em torno de temáticas.

##### **1.4.1. Infantilização do público-alvo e assimetria de informações**

---

<sup>19</sup> A cartilha pode ser entendida como um gênero discursivo. Este, a partir da perspectiva da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2004) envolve: “a ancoragem social do discurso, a sua natureza comunicacional, as atividades languageiras e as características formais dos textos produzidos” (XAVIER, 2012).



Em toda a cartilha, é possível identificar uma tendência de simplificação das informações apresentadas, demonstrando a projeção<sup>20</sup> de um público - neste caso, as mulheres brasileiras – infantilizado, que necessita de facilitação para o entendimento da informação. Essa relação assimétrica na troca informacional é, a nosso ver, demarcada não só pelo gênero discursivo utilizado – a cartilha –, mas também na caracterização do tipo de informação que nelas serão apresentadas: dicas.

(I) A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) elaborou uma cartilha com *dicas* para esse momento de pandemia. (p.05)

(II) Vamos às *dicas* do Ministério da Saúde? (p.08)

(III) A Organização das Nações Unidas divulgou algumas *orientações* para *mamães* e demais cuidadores sobre o novo coronavírus. (p.13)

A palavra dica<sup>21</sup> é definida no “Dicio - Dicionário Online de Português” como: “Informação útil e específica sobre algo pouco conhecido que ajuda alguém a fazer alguma coisa”, ou seja, pressupõe que alguém, detentor do conhecimento, precisa simplificá-lo para quem não o possui. Especificamente no fragmento II, o uso da palavra dica, teoricamente atribuída ao Ministério da Saúde, demonstra além da simplificação, uma escolha que difere da enunciação oficial utilizada pelo órgão citado, visto que no site do Ministério da Saúde essas informações são fornecidas como *recomendações* de prevenção contra o coronavírus.

Interessante notar que fontes diferentes, citadas na cartilha, enunciam seu conteúdo de modo diferenciado. A cartilha cita as Organizações das Nações Unidas (ONU) como responsável por fornecer orientações (excerto III); já o Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres são responsáveis pelas dicas. Estas construções discursivas nos permitem identificar os órgãos do governo, como responsáveis pelas dicas, pela didatização de informações que tendem a ser mais complexas. Já a ONU exerce o papel de fornecer orientações o que, a nosso ver, indica funções e pesos diferentes aos trabalhos de cada um deles.

---

<sup>20</sup> Projeção esta que compõe o contrato de comunicação de Charaudeau. Este é compreendido como um acordo socialmente compartilhado entre os sujeitos envolvidos no ato de linguagem, sendo fundamental para compreender o esquema enunciativo que a Teoria propõe. O contrato é composto pelos elementos: finalidade (o objetivo do ato da linguagem), identidade dos parceiros (as identidades sociais e discursivas dos sujeitos participantes da troca linguageira), propósito (o assunto e como ele será abordado) e dispositivo (o suporte, a distribuição e a circulação do discurso) (CHARAUDEAU, 1995, apud XAVIER, 2012).

<sup>21</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3tfOxhN>. Acesso em 13 de março de 2021.

A preocupação com tornar uma informação acessível a um público-alvo que, supostamente não a possui, diz respeito tanto a uma característica do trabalho do jornalista quanto do profissional – jornalista ou não – de divulgação científica. O divulgador científico tem que tornar as informações acessíveis, o que não significa infantilizar seu público alvo, visto que analisar o entendimento que este já possui, é essencial para o profissional e para a concretização da divulgação (YEARLEY, 1999, apud MENDES, 2006). Todavia, nesta cartilha, não conseguimos encontrar construções discursivas que nos permitam identificar processos de recontextualização do discurso científico, uma vez que argumentos desta natureza não são utilizados. Nossa análise discursiva sinaliza-nos que a cartilha está majoritariamente sustentada em saberes de crença de opinião.

No capítulo destinado à temática do mercado de trabalho, percebemos a mobilização implícita de um saber teórico perpassando a ideia da definição de um plano de contingência, mesmo sem haver marcas explícitas de que isso é definido por especialistas. Contudo, pressupõe-se que este conhecimento seja básico, não precisando ser explicado por alguém especializado da área. Caso as empresárias desconhecessem o assunto, a cartilha apresentava *dicas* sobre tal temática.

(IV) Se você é dona de uma empresa, temos algumas dicas para esse momento de pandemia, as quais você poderá utilizar: *Precisamos pensar antes de agir* e colocar isso no papel ajuda muito. É hora de desenvolver um plano de contingência. Não é difícil. Coloque no papel os possíveis problemas que podem surgir em razão da crise, as possíveis soluções, os valores necessários e os responsáveis por cada ação. (p.32)

A apresentação das dicas nos faz crer na pressuposição da ausência de informações suficientes sobre a pandemia, por parte das mulheres. O governo Federal, por meio da ação ministerial, se apresenta então como este agente responsável por ensinar as mulheres o que e como deve ser feito. Esta elaboração utiliza a legitimidade do Ministério, como um órgão oficial da saúde, para conferir crédito às informações que ali são apresentadas e, por vezes, recorre-se também a órgãos internacionais, como a OMS.

Por fim, ao utilizar essa estratégia de responsabilização do ministério por dicas e não por políticas públicas, há uma transferência de responsabilidade do planejamento e enfrentamento efetivo da pandemia para os cidadãos e não como uma obrigação governamental.

### 1.4.2. Universalização do público-alvo a partir da maternidade

Conforme anteriormente apresentado, a cartilha apresenta como público-alvo as mulheres. Contudo, essa universalização do público-alvo ganha contornos mais específicos quando examinamos a seleção lexical. No excerto III, por exemplo, a palavra *mamães* indica já um recorte nessa categoria mulheres. Além disso, quando você se dirige a uma mulher chamando ela de mamãe você reduz o significado de ser mulher a ser mãe, invisibilizando todos papéis, experiências e desejos das mulheres que não correspondem ao que a sociedade condiciona como função feminina de procriação (ALMEIDA, 2000).

Cumprе ressaltar que a universalização da ideia de que todas as mulheres são mães ou tendem a ser, faz parte de um imaginário heteronormativo, que diz de uma relação familiar construída entre mulher, homem e seus filhos. Além disso, percebemos a maternidade como uma naturalizada e sutil obrigação da mulher, onde além de trazer estereótipos sobre a gravidez, coloca a responsabilidade por criar e educar as crianças apenas nas mulheres:

(V) Alô, gestantes e *mamães*! Agora o diálogo é com vocês! (p.10)

(VI) A gravidez é um momento de *sensibilidade*. Sabemos que enfrentar uma pandemia exige ainda mais de todas vocês. Nesse sentido, a SNPM dialogou com o Ministério da Saúde para esclarecer algumas dúvidas que estão circulando nas redes sociais e, assim, trazer um pouco de *tranquilidade*. Vamos lá? (p.10)

Estes dois recortes fazem parte do capítulo sobre saúde da cartilha, no qual são apresentadas informações gerais para este momento, exemplificado no fragmento V. O emprego advérbio temporal “agora” pode nos levar a crer que, anteriormente, havia sido fornecida informação para mulheres que são mães. Contudo, a correspondência entre mulheres e maternidade acontece em outras seções do material e não existe essa separação de “dicas” para as mulheres e posteriormente “dicas” para as “mamães”. Esta constatação reforça a crença de uma visão naturalizada e determinista da mulher como mãe.

Ademais, a informação sobre a gravidez (excerto VI), além de reforçar a condição materna, traz indícios de uma projeção da maternidade com um período de sensibilidade reverberando feminilidades já socialmente cristalizadas de emotividade.

### 1.4.3. O cuidado como atribuição feminina

Os excertos anteriormente apresentados nos sinalizam que, além de mães, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, ressaltando, assim, a relação entre mulher e atividades de cuidado, ancorado na divisão da sociedade civil patriarcal e engendrado no contexto do espaço da casa como relativo às mulheres, nesta dicotomia público/privado (PATEMAN, 2013). Essas correspondências entre mulheres-mães-cuidado, estabelecidas discursivamente, sinalizam-nos um imaginário sociodiscursivo de feminilidade, apoiado, sobretudo, a partir, dos saberes de crença de opinião comum, visto que se faz universal para todas as mulheres e parte de avaliações e julgamentos dos indivíduos (CHARAUDEAU, 2017).

Ademais, essa atribuição feminina é fundada e perpetuada a partir de uma construção sociocultural que socializa as mulheres, desde crianças, a terem atitudes e comportamentos dóceis, apaziguadores e de cuidado (SAFFIOTI, 2015). Dessa forma, este atributo é tido como natural, algo que aprendemos, experienciamos, no cotidiano e portanto mantemos em nossas vidas, revelando que os imaginários se fundam também nos saberes de experiência (CHARAUDEAU, 2017).

A utilização de palavras relacionadas ao universo feminino de cuidado, de fazer bonito começam a demarcar esse imaginário:

(VII) Fique atenta a sintomas gripais em seu convívio familiar, para não se expor (p.09)

(VIII) Fique atenta, pois a transmissão acontece por meio de contato com pessoas infectadas ou objetos contaminados. É hora de *caprichar* na higiene e evitar contaminação. (p.08)

A Palavra *caprichar* adquire, neste contexto, um uso conotativo de “fazer bem feito”, “fazer com afinco”. Mais do que executar muito bem os procedimentos de higiene, estes precisam ser caprichados. Nesta frase, pressupõe-se que a higiene e, por conseguinte, a limpeza, sejam atividades sob a responsabilidade das mulheres no âmbito da organização familiar. Esta percepção se materializa nos dados da pesquisa do IBGE<sup>22</sup>, “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, na qual em 2019, as mulheres brasileiras dedicaram quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas) aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, demonstrando assim, esta grande desigualdade de gênero na divisão de trabalho doméstico.

---

<sup>22</sup> “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em 16 de abril de 2021.

#### 1.4.4. Demais atributos de feminilidade

Outra característica da feminilidade construída pela cartilha é a noção de cordialidade:

(IX) Evite abraços, beijos e apertos de mãos. Adote uma onda amigável sem contato físico, mas sempre com um sorriso no rosto. (p.09)

No fragmento IX, a indicação é de que, mesmo vivendo em um contexto de pandemia, com tanto sofrimento e dificuldade, você precisa sempre estar feliz, ser amigável e singela, quando encontrar com as pessoas. Percebemos nessa instrução o reforço de uma característica muito atribuída à feminilidade que “sugerem mulheres comportadas, dependentes – posto que inseguras e frágeis – emocionalmente instáveis e delicadas (atributo que se relaciona a uma postura estética, para além de um comportamento dócil).” (VIEIRA, 2019, p.54).

Cumpramos destacar que a frase apresentada no excerto IX, figura, da mesma forma, no site do Ministério da Saúde, na área específica para o coronavírus, no tópico “como se proteger”<sup>23</sup>. Neste caso, percebemos, além da construção de uma feminilidade por mais de um agente do Governo Federal, um deslocamento do real perigo da pandemia, com a valorização de aspectos de menor importância. Mesmo diante de tanta dor e desafio, é instruído, pelos órgãos oficiais do governo, lidem com o contexto de modo simpático e alegre. Estas orientações sinalizam, a nosso ver, o posicionamento do próprio governo acerca da pandemia, negligenciando sua gravidade e todas as recomendações médicas e governamentais internacionais para a prevenção e o controle da doença, defendendo interesses econômicos empresariais em detrimento da vida de milhares de brasileiros e brasileiras<sup>24</sup>.

Percebemos também mais uma característica da feminilidade no capítulo do mercado de trabalho. A mulher aqui aparece como insegura e emocionalmente instável, o oposto da racionalidade tida como masculina (VIEIRA, 2009), e por isso, não pensa antes de tomar decisões, principalmente as que precisam de agilidade:

(X) Estamos passando por um momento delicado tanto do ponto de vista da saúde, quanto da economia, *o que exige de todas decisões rápidas e muito equilíbrio.* (p.32)

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>. Acesso em 7 de maio de 2021.

<sup>24</sup> Disponível em: [https://cultura.uol.com.br/noticias/17650\\_denuncia-onu.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/17650_denuncia-onu.html). Acesso em 20 de abril de 2020.

A mulher precisa agora ter equilíbrio, o que pressupõe que ela não tenha naturalmente, assim como, precisa também pensar antes de agir, ou seja, não ser impulsiva, característica muito atribuída ao imaginário sociodiscursivo das feminilidades. Além disso, a frase apresenta uma contradição, visto que decisões rápidas tendem a ser menos equilibradas, pois trazem o risco de não trazerem a reflexão adequada.

#### **1.4.5. Violência como temática presente, mas pouco desenvolvida**

No capítulo sobre a violência contra a mulher não existe nenhum tipo de referência ou discussão sobre as raízes dessa violência, os motivos dessa existência e como deve-se fazer para evitá-la; apenas são demarcados contatos e locais de atendimento à mulher vítima de violência. Essas ocorrências discursivas sinalizam-nos que não há uma preocupação, por parte dos realizadores da cartilha, em trazer instrumental teórico para que as mulheres problematizem a temática. Reconhecemos a grande importância das mulheres terem acesso a informações sobre onde buscar ajuda e as redes de apoio, sobretudo aquelas oficiais. De fato, essas informações precisam ser conhecidas por mais pessoas para que possamos tornar público e amplamente conhecidas os agentes de auxílio.

Contudo, interessa-nos problematizar: será que apenas disponibilizar contatos dos órgãos públicos e dos locais de apoio são suficientes para a discussão sobre violência contra a mulher na pandemia? De acordo com dados<sup>25</sup> do MMFDH no ano de 2020 foram registrados 105.821 denúncias de violência contra mulher, o que corresponde ao impressionante número de 12 denúncias por hora. Portanto, ao não se problematizar a violência em si (os motivos dessa ocorrência e as razões para o aumento dos casos na pandemia), parece haver uma naturalização da situação, além de não ser uma medida eficaz para alterar esse quadro.

Além disso, a cartilha demarca também o que o MMFDH entende como violência sexual:

(XI) Observe se as mulheres – *especialmente meninas e adolescentes* – estão sendo vítimas de carinhos forçados, *intimidades inadequadas* ou abusos sexuais, no âmbito do seu lar ou do vizinho. (p.28)

Violência, no contexto da cartilha, é tematizada pelas intimidades inadequadas e abusos sexuais. Contudo, como definir o que seriam intimidades inadequadas? Aqui, a cartilha, além de explicar muito superficialmente o que caracteriza uma violência sexual, abre espaço para

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3dCTVXc>. Acesso em 21 de abril de 2020.

criação de um juízo de valor sobre a intimidade que pode ser entendida como inadequada. Ademais, essa restrição de idade, além de não representar a faixa etária mais afetada<sup>26</sup>, camufla a realidade de que a violência ocorre, grande parte das vezes, dentro de matrimônios ou relações conjugais<sup>27</sup>, ou seja, no seio de uma relação familiar, muito defendida pela Ministra<sup>28</sup>. Por fim, não existe a caracterização de nenhum outro tipo de violência ao longo da cartilha, apenas a sexual, deixando de fora discussões importantes sobre os outros tipos de violência, como a física, psicológica, moral e patrimonial.

De acordo com o Instituto Maria da Penha<sup>29</sup> a violência contra mulher, em um contexto conjugal, acontece por meio de um ciclo que se repete constantemente. O ciclo da violência (como é chamado) é constituído por três fases: o *aumento da tensão*, o *ato de violência* e o *arrependimento e comportamento carinhoso*. A primeira fase tem como características a irritação, a raiva intensa e ameaças feitas pelo agressor. Já a segunda é marcada pela violência, seja ela física, verbal, psicológica, moral ou patrimonial. Neste momento, é comum a mulher se sentir paralisada, com tensão psicológica, medo, solidão, vergonha, dor, raiva e dúvida. No entanto, é geralmente nesta fase, quando estão mais distantes do agressor, que muitas mulheres conseguem denunciar. Na terceira fase, o agressor se arrepende e se aproxima com delicadeza tentando se reconciliar, dizendo que “vai mudar”. A mulher, culturalmente pressionada para manter a união, principalmente quando têm filhos(as) envolvidos(as), com medo, confusa, intimidada, pressionada, acaba aceitando essa situação. Existe um momento de relativa tranquilidade até que as tensões aumentam novamente, ou seja, fazendo dessas fases um ciclo de violência contínuo e difícil de ser quebrado.

## 1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises, percebemos a construção de imaginários que tendem a reforçar um ideal de feminilidade específico e a naturalizar relações de violência, ao silenciar essa discussão. O imaginário mais recorrente está relacionado com a esfera privada e vinculado ao pensamento de caráter biológico de justificação do papel da mulher, visto que a mulher aparece como a principal responsável pelo cuidado com a família/ambiente familiar, e pelo cuidado

---

<sup>26</sup> Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_d\\_a\\_violencia\\_contra\\_mulher.pdf](https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf). Acesso em 9 de maio de 2021.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3epNura>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3e8rMrq>. Acesso em 1 de maio de 2021.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em 06 de maio de 2021.

com os filhos, ou seja, ela é necessariamente mãe. Assim, percebemos que quando se aborda a saúde os imaginários estão relacionados à esfera do cuidado, do espaço privado, e são marcados por saberes de crença de opinião comum e de experiência. A abordagem do mercado de trabalho, por sua vez, indica a presença dos imaginários da mulher emotiva, instável, impulsiva e insegura, a partir dos saberes de crença de opinião comum. O que se opõe completamente à racionalidade, característica considerada ideal para o exercício de trabalho na esfera pública e ligada à construção da masculinidade.

Por outro lado, quando se trata de violência o Ministério se apresenta como um suporte para ajudar a tratar as consequências, o acesso da mulher violentada a órgãos específicos de combate, porém, suas causas não são tematizadas. Além disso, silencia outros tipos de violência, ao definir apenas a violência sexual, e camufla a violência que ocorre dentro das relações conjugais, definindo a faixa etária que precisa de maior atenção, como sendo meninas e adolescentes. Dessa forma, percebemos uma construção narrativa do Ministério que sinaliza a identidade do próprio governo como isento de se aprofundar nessas questões de violência, silenciando também a violência matrimonial em defesa de um ideal de família.

Identificamos também, na construção desta narrativa, que as mulheres precisam de simplificação de algumas informações básicas para o entendimento das mesmas, como um conhecimento técnico de gestão de uma empresa para momentos de crise e sobre os cuidados de segurança relativos ao contágio da covid-19. Apontando novamente para a construção da identidade do Governo, aqui como detentor e simplificador dos conhecimentos, visto que não são apresentadas outras fontes ao longo da cartilha.

Por fim, se faz necessário ressaltar a importância do discurso organizacional, sobretudo o do governo federal – neste caso, por meio do MMFDH - como enunciador e responsável pela condução da pandemia. Contudo, a análise nos revela que este discurso estabelece um movimento de transferência de responsabilidade do enfrentamento à pandemia para os cidadãos – nesse caso, as cidadãs – e de tentativa de estabilizar as identidades femininas, a partir da construção de uma feminilidade específica e normatizadora. Estabilização esta que afasta a atuação do Ministério no que diz respeito ao desenvolvimento de ações ligadas a pautas e orientações mundiais cujos compromissos se alinham aos direitos humanos e à equidade de gênero.

## **1.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. **Organicom**, nº 7, 2007, p. 229-243.

BALDISSERA, R; MAFRA, R. Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional. In: FARIAS, L. A. de; LEMOS, E. L.; REBECHI, C. N. (orgs.). Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas. 1ed. São Paulo/SP: **Abrapcorp**, 2020, v. 1, p. 271-289.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Análise Semiolingüística do Texto e do Discurso. In: PAULIOKONIS, M. A. L. **Da Língua ao Discurso** – reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. 7ª ed. Fortaleza: **Entrepalavras**, 2017, p.571-591.

CONNELL, Raewyn. Políticas de Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 185-206, 1995.

DINIZ, A. P. R. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: Alexandre de Pádua Carrieri; Juliana Cristina Teixeira; Marco César Ribeiro Nascimento. (Org.). **Gênero e trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 1-367.

ETZIONI, A. (1980). **Organizações Modernas**. 6. ed. São Paulo, Editora Atlas.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

Hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. 12ª Edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. Tradução: Bhuvli Libanio.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica**: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958). Tese (Doutorado). Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (org). **Teoria política feminista**. Textos centrais. Niterói (RJ): Editora da UFF, Editora Horizonte, 2013, p.55-79.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz (Orgs.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.73-102.

SILVA, Magno. V; BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Discurso organizacional: epicentro de (des)identificação e vestígio de experiências públicas. In: 42º

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém / PA. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: **Intercom**, 2019. v. 1. p. 1-15.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VALENTIM, Tábatha Silva; PROCÓPIO, Mariana Ramalho; FONSECA, Anna Clara Araújo. Representação feminina por marcas de cerveja: uma análise semiolinguística do vídeo *skol reposter*. In: Revista **Travessias e Cascavel**, v. 12, n. 4, ed. esp., p. 86 – 104, dez. 2018.

VIEIRA, L. G. As mulheres e a cozinha: discussões de gênero e feminilidades. VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira**: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas. Viçosa, 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, p.50-54.

XAVIER, Mariana Ramalho Procópio. **A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Relações de gênero no mercado de trabalho: panorama geral sobre a realidade das mulheres no mundo e nas relações de trabalho. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda, 2002, p. 15-38.

## CAPÍTULO 2. MULHERES E PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO MIDIÁTICO

### RESUMO

Este trabalho se propôs a identificar e analisar quais temáticas e enquadramentos surgem em notícias encontradas na internet, relacionadas à situação das mulheres, em um contexto de desigualdades de gênero aprofundadas por uma pandemia midiaticizada. Partimos de uma reflexão conceitual sobre noticiabilidade e valores notícia, entendendo o que pode ou deve ser noticiado durante uma pandemia. Acrescentamos em nosso aporte teórico, uma discussão sobre gênero, notadamente sobre questões de trabalho e violência. Nosso *corpus* foi constituído por 16 notícias, abordando tais questões, que surgiram ao pesquisarmos as palavras-chave "mulheres" e "pandemia" no Google Notícias. Por meio de nossas análises, realizadas com inspiração na análise de conteúdo de Bardin (2011), percebemos uma variedade de enquadramentos vindos de veículos midiáticos diversos, nos quais a pandemia se apresenta como o principal fator de aumento ou como um agravante das desigualdades já existentes. A violência é algumas vezes silenciada, mas, em outras situações, acionada como grande problemática que envolve a sociedade. O trabalho, dividido, para fins de análise, em remunerado e não remunerado, é neste primeiro caso um local de instabilidade, informalidade e grande desigualdade para as mulheres; já o segundo é percebido como função naturalizada da mulher. Por fim, percebemos a prevalência dos valores-notícia de impacto e tragédia/drama, relacionados ao trabalho e à violência, respectivamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia, Gênero, Violência, Trabalho, Noticiabilidade.

### 2.1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020, assim como os meses que correram de 2021, foram e estão marcados por um acontecimento que se apresenta como possivelmente a maior crise humanitária<sup>30</sup> desde a 2ª Guerra Mundial: a pandemia do novo coronavírus. A doença, que foi considerada uma pandemia<sup>31</sup> em 12 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), deixou países, cidades e indivíduos arrasados ao redor do mundo. No Brasil, o número de casos chegou a 14,3 milhões e 389 mil mortes em abril. Números que refletem a falta de políticas efetivas de

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2QZeqV8>. Acesso em 26 de abril de 2021.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://bit.ly/32QWTRM>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

enfrentamento guiadas por um presidente que desacredita a gravidade da situação e considera o vírus como uma “gripezinha”<sup>32</sup>.

Somado a este contexto assustador, as mudanças ocasionadas diariamente pelas atualizações das mídias e da vida em rede, afetam também a forma de experienciar a pandemia. Vivemos em uma sociedade altamente midiaticizada, ou seja, permeada por processos por meio dos quais sociedade e cultura tornam-se cada vez mais dependentes das mídias e das suas lógicas, seus *modus operandi* (HJARVARD, 2015).

Em um período anterior que se podia denominar “sociedade dos meios”, as mídias apresentavam certa autossuficiência frente aos outros campos sociais (FAUSTO NETO, 2008, p.93 apud BRAGA, 2012). Já na sociedade de midiaticização, na qual vivemos, “a cultura midiática se converte na referência sobre a qual a estrutura sócio-técnica-discursiva se estabelece, produzindo zonas de afetação em vários níveis da organização e da dinâmica da própria sociedade (BRAGA, 2012, p.34-35).

Portanto, a midiaticização se configura para além do uso das mídias, se estabelecendo como uma forma de viver permeada por relações na e pela mídia (BRAGA, 2011). Por isso, percebemos esse acontecimento<sup>33</sup> contemporâneo, a Covid-19, como uma pandemia midiaticizada, na qual somos bombardeados por informações, notícias, disputas de poder e de fala, por meio das redes. Mas é também por meio delas que realizamos nossas interações, contatos sociais e nossos afetos, de trabalho, família e amigos.

Ademais, este intenso fluxo de explicações relativas à pandemia está imerso em grande desinformação, a partir da disseminação de fake news. Isso faz com que a propagação de informações confiáveis e a partir de bases científicas ou órgãos especializados se tornem, para além de essenciais à sociedade, uma necessidade para o combate ao vírus. Por isso, a imprensa brasileira passou a atuar de forma colaborativa, compartilhando dados, para cobrir essa demanda de ampla divulgação e informação à sociedade. Porém, seguindo a lógica jornalística de notícia, algumas questões ganham maior destaque, visibilidade e cobertura midiática:

Se por um lado as pautas e enquadramentos se redirecionam para a cobertura da saúde, a influência das rotinas produtivas nos critérios de noticiabilidade (Seixas; Alves, 2017) parecem contribuir para a manutenção de uma perspectiva pré-formatada dos acontecimentos, de modo a privilegiar àqueles

---

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 25 de abril de 2021.

<sup>33</sup> De acordo com França (2017): “acontecimento, numa perspectiva pragmatista, refere-se a uma ocorrência, um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ele ocorre” (FRANÇA, 2017, p.73-74).

que já têm seu lugar no agendamento midiático (McCombs, 2004) (PROCÓPIO, GONÇALVES, PROCÓPIO, 2021, p.20).

Neste contexto, interessa-nos localizar as notícias que estejam relacionadas às vivências das mulheres no contexto da pandemia. Dados da pesquisa realizada por *Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF)*<sup>34</sup> demonstraram uma sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres. Elas são também a maioria nos trabalhos informais<sup>35</sup>, duramente afetados pela pandemia, na qual muitas mulheres perderam suas fontes de renda e de sustento, sendo no trabalho doméstico onde se concentra uma das maiores forças de trabalho de mulheres no Brasil<sup>36</sup>: cerca de 90% das 6 milhões de profissionais. Dentre estas 60% são mulheres negras, evidenciando uma desigualdade ainda maior na intersecção gênero e raça. Além disso, foi registrado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos<sup>37</sup>, um aumento médio de 14,1% no número de denúncias de violência contra mulher feitas ao Ligue 180 nos primeiros quatro meses de 2020 em relação a 2019. Números que podem ser ainda maiores considerando que a presença constante do agressor dentro de casa, devido ao isolamento social, pode diminuir as chances de denúncia.

Considerando que neste contexto de isolamento, medo e insegurança, a dimensão de desigualdades de gênero foi potencializada, essa pesquisa se apresenta, buscando identificar quais situações são mais noticiadas, envolvendo as mulheres e a pandemia da covid-19, e a partir de quais enquadramentos elas são publicizadas pela mídia. Diante desse cenário, alguns questionamentos emergem: Quais as relações de gênero e padrões são evidenciados com essas notícias? Como os problemas vividos por mulheres durante a pandemia são abordados, divulgados e problematizados pela mídia?

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar quais temáticas são abordadas e como são problematizadas pela mídia em notícias gerais da internet, relacionadas à situação das mulheres, em um contexto de pandemia midiaticizada. Especificamente buscamos (i) analisar os enquadramentos dados pelas notícias dentro dessa temática e (ii) quais os valores-notícia são acionados nas construções das matérias.

---

<sup>34</sup> Pesquisa realizada por **Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF)**. Disponível em: <http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-revela-aumento-da-situacao-vulnerabilidade-das-trabalhadoras-domesticas-durante-a-pandemia/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazem-campanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacao-internacional/>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

## 2.2. O QUE PODE OU DEVE SER NOTÍCIA DURANTE UMA PANDEMIA?

Para compreender quais são as temáticas mais abordadas nas notícias analisadas e o porquê dessas escolhas, é necessário pensar no significado de noticiabilidade, que por sua vez, demanda refletir sobre os três eixos que alicerçam o jornalismo como prática comunicacional. São eles: a *relação com o real*, ou seja, o jornalismo como ação que diz de uma dimensão concreta, da realidade; a *natureza de seu produto*, a informação ou, após tratada pelo jornalismo, a notícia; e *sua ancoragem no interesse público*, supostamente o que seria de maior relevância para seu público (SILVA, FRANÇA, 2017).

A *relação com o real* é categorizada de diferentes formas por diferentes linhas de pesquisa (linguagem do real, do ficcional, como modo lúdico, etc.), cabendo ao jornalismo se manifestar sobre o real: “em todas as circunstâncias, em diálogo com o mundo real, falar (d) a realidade” (SILVA, FRANÇA, 2017, p.03). Ademais, outro ponto essencial para esse eixo é a noção de verdade. Esta, porém, precisa ser entendida considerando a subjetividade de quem produz a notícia, além dos interesses e as relações sociais, assim como de trabalho, imbricadas em todos os seres humanos:

A relação com o real, portanto, coloca-se não apenas como o primeiro distintivo da prática comunicacional jornalística, como também seu grande desafio. Se a pretensa capacidade objetiva de expressar o que as coisas são já foi bastante questionada, permanece o objetivo de buscar a isenção do relato e a explicitação de seu lugar de fala (SILVA, FRANÇA, 2017, p.04).

Por sua vez, a *natureza do produto* envolve a informação e a notícia. A primeira é o que caracteriza a situação e a segunda o relato dos acontecimentos, a partir de um enquadramento, seleção e ordenação das informações, feitas por pessoas que, como citado anteriormente, tem suas subjetividades (SILVA, FRANÇA, 2017). Assim, ao narrar o fato, o(a) jornalista produz o acontecimento perante seleções:

Dessa forma, uma notícia é feita a partir de framings que, como molduras de um quadro, evidenciam determinados aspectos da sociedade, tornando-os mais proeminentes do que os outros. Nesse sentido, uma determinada interpretação ou avaliação moral é promovida, ao mesmo tempo em que há o silenciamento de outras (Entman, 1993) (PROCÓPIO, GONÇALVES, PROCÓPIO, 2021, p.21).

Portanto, as notícias além de definir o que deve ser promovido ou silenciado, elaboram e estabelecem o jeito em que se tornam visíveis os acontecimentos, por meio de

enquadramentos, moldando, assim, o que é entendido de forma compartilhada pela sociedade (PROCÓPIO, GONÇALVES, PROCÓPIO, 2021). Assim, “as notícias e as suas formas de enquadramento têm um impacto na opinião pública, uma vez que eles atuam como estruturas invisíveis que ordenam as percepções” (BOURDIEU, 1997, apud PROCÓPIO, GONÇALVES, PROCÓPIO, 2021, p.23).

Por fim, *sua ancoragem no interesse público*, é um eixo no qual o jornalismo se justifica, trabalhando em prol do bem comum, seguindo “os valores democráticos, com a liberdade de opinião, com a realização do debate público” (SILVA, FRANÇA, 2017, p.05). Sendo o interesse público: “às consequências (desejáveis ou indesejáveis) de certas ações ou acontecimentos que incidem numa sociedade ou parte considerável dela (aos impactos da “primeira vida” do acontecimento)” (SILVA, FRANÇA, 2017, p.05).

Contudo, muitas vezes o que é noticiado diz respeito a questões relativas à vida privada de indivíduos, como das celebridades, por exemplo. Portanto, existe uma contradição e uma diferença entre o que é interesse público, e o que é interesse *do* público ou mesmo interesses dos grupos produtores da notícia. Além disso, é necessário observar que acontecimentos se tornam notícias na mesma medida em que, o que é noticiado cria acontecimentos, a partir de diversos interesses. “Esses interesses “outros”, que acabam perpassando as práticas do Jornalismo e estabelecendo critérios de noticiabilidade, estão relacionados com valores sociais, com jogo de forças, com tendências e traços culturais” (SILVA, FRANÇA, 2017, p.06).

Portanto, não podemos pensar em noticiabilidade, sem considerar os valores sociais e interesses ideológicos envolvidos na prática jornalística, sendo esse conceito, definido por Silva, como:

Noticiabilidade (newsworthiness) [é] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, p. 96).

A notícia é produzida com um enquadramento e com as particularidades de quem está enquadrando, revelando relações de poder e uma construção cultural, de uma dada sociedade, em um determinado contexto. Contudo, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação abordam questões que emergem na sociedade, sua contínua produção e circulação atualiza e solidifica representações que atuam na construção da vida social, criando uma “dinâmica de reflexividade” (FRANÇA, 2012).

Por esta via, então, é plausível pensar que os critérios de escolha dos agentes jornalísticos também são orientados por valores sociais que, ao mesmo tempo, através de suas narrativas, são reafirmados, questionados ou atualizados (SILVA, FRANÇA, 2017, p.10-11).

É nesta construção política, social e cultural que precisamos entender os valores-notícia como uma parte essencial da noticiabilidade. Ponte (2004), ancorada nas ideias de Stuart Hall, define que os valores-notícia não são apenas uma “listagem de atributos das notícias, combinados ou combináveis”, mas “operam como estrutura de retaguarda social, profunda e escondida, e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo” (PONTE, 2004, apud SILVA, 2005, p.100).

Os valores-notícia se apresentam como critérios para selecionar acontecimentos que serão transformados em notícias, assim como guias na construção da própria notícia, a partir das prioridades e ênfases dadas aos fatos. Eles permeiam todo o processo de construção da notícia, desde a seleção dos acontecimentos, passando pelo tratamento e hierarquização dos mesmos, até na visão deles entendendo conceitos de verdade, interesse público, objetividade, entre outros (SILVA, 2005).

Os valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos e não “da sua construção jornalística”. Eles participam ativamente da construção noticiosa, mas a produção da notícia e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade (SILVA, 2005, p.99).

Por este prisma, interessa-nos perceber quais valores-notícias podem influenciar na construção e divulgação de notícias relativas às desigualdades de gênero amplificadas pela pandemia do novo coronavírus. Como as notícias são enquadradas revelando seleções que atuam na construção do discernimento da sociedade perante a realidade?

### **2.3. QUANDO SE BUSCA POR PANDEMIA E MULHERES O QUE É NOTÍCIA?**

Para que possamos entender os contornos entre notícias demarcadas por uma tematização das questões de gênero no contexto da pandemia, realizamos uma análise de conteúdo, inspirada na teoria de Análise de Conteúdo da Laurence Bardin (2011).

A metodologia apresenta três critérios de organização de uma análise: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Com base nessa divisão, a fase inicial foi de elaboração do *corpus*, a partir de uma “leitura flutuante” do objeto, ou seja, ainda não condicionada por nenhum tipo de categoria em busca de informações relevantes para



formulação hipóteses e objetivos. Nesta fase, realizamos três buscas<sup>38</sup>, cada uma delas abrangendo as duas primeiras páginas da plataforma Google Notícias, a partir de diferentes combinações de palavras-chave: “mulheres e covid-19”, “mulheres e coronavírus” e “mulheres e pandemia”, respectivamente. Escolhemos analisar a partir do Google Notícias, por ser este um agregador de notícias e aplicativo desenvolvido pela Google que é a maior fonte de pesquisas da população. Como apresenta Fonseca (2019, p.3-4): “[...] a cultura do Google está tão inserida no meio digital que esse buscador passa a ser confundido com a própria Internet (SANTOS; NICOLAU, 2012) e tem os resultados de suas pesquisas considerados como legítimos.”

A partir do agrupamento das 20 primeiras notícias de cada busca, elaboramos três tabelas para identificar as temáticas mais recorrentes em cada uma delas. Na primeira busca, encontramos um elevado número de reportagens (especificamente 11) que abordavam questões relativas à vacinação e a boletins de dados da covid-19 em cidades e Estados sem especificar a questão de gênero. O mesmo foi observado na segunda busca, com 10 das 20 reportagens abordando apenas estes pontos. Já na terceira busca, todas as reportagens envolviam a questão de gênero, por isso, optamos por definir nosso *corpus* nas 20 primeiras notícias da busca “mulheres e pandemia”.

TÍTULO	VEÍCULO	LINK DE ACESSO
1 - Abuso de álcool pelas mulheres na pandemia	Estadão	<a href="https://emails.estadao.com.br/blogs/joelrenno/abuso-de-alcool-pelas-mulheres-na-pandemia/">https://emails.estadao.com.br/blogs/joelrenno/abuso-de-alcool-pelas-mulheres-na-pandemia/</a>
2 - Pandemia aumenta diferença salarial entre homens e mulheres no RS	Estado RS Gov	<a href="https://estado.rs.gov.br/pandemia-aumenta-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-rs">https://estado.rs.gov.br/pandemia-aumenta-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-rs</a>
3 - Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares	G1	<a href="https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml">https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml</a>
4 - Violência contra mulher cresce durante a pandemia no estado do Rio	Agência Brasil	<a href="https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/2021-03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml">https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/2021-03/07/brasil-teve-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020-pandemia-e-fator-diz-damares.ghtml</a>
5 - Pandemia ameaça apagar uma geração de frágeis avanços das mulheres na luta por direitos no mundo	El País	<a href="https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html">https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html</a>
6 - Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema	InfoMoney	<a href="https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/">https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/</a>

<sup>38</sup> Coleta realizada no dia 30 de Março de 2021.

7 - O Assunto #405: Mulheres, as mais prejudicadas na pandemia	G1	<a href="https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/03/08/o-assunto-405-mulheres-as-mais-prejudicadas-na-pandemia.ghtml">https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/03/08/o-assunto-405-mulheres-as-mais-prejudicadas-na-pandemia.ghtml</a>
8 - A resistência das mulheres na pandemia	Diário do Nordeste	<a href="https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinio/colaboradores/a-resistencia-das-mulheres-na-pandemia-1.3066628">https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinio/colaboradores/a-resistencia-das-mulheres-na-pandemia-1.3066628</a>
9 - Como apoiar as mulheres para que não abandonem o emprego na pandemia	Uol	<a href="https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/30/como-apoiar-as-mulheres-para-que-nao-abandonem-o-emprego-na-pandemia.htm">https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/30/como-apoiar-as-mulheres-para-que-nao-abandonem-o-emprego-na-pandemia.htm</a>
10 - Vidas femininas importam: a luta das mulheres na pandemia	Nexo	<a href="https://www.nexojournal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Vidas-femininas-importam-a-luta-das-mulheres-na-pandemia">https://www.nexojournal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Vidas-femininas-importam-a-luta-das-mulheres-na-pandemia</a>
11 - Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres	Galileu	<a href="https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/03/como-e-por-que-pandemia-afetou-de-forma-desproporcional-mulheres.html">https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/03/como-e-por-que-pandemia-afetou-de-forma-desproporcional-mulheres.html</a>
12 - Violência contra as mulheres: uma pandemia oculta agravada pela Covid-19	O Globo	<a href="https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/violencia-contra-as-mulheres-uma-pandemia-oculta-agravada-pela-covid-19-24912099">https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/violencia-contra-as-mulheres-uma-pandemia-oculta-agravada-pela-covid-19-24912099</a>
13 - Dia da Mulher: O que a pandemia da covid-19 piorou para meninas e mulheres	CNN	<a href="https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/03/08/dia-da-mulher-o-que-a-pandemia-da-covid-19-piorou-para-meninas-e-mulheres">https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/03/08/dia-da-mulher-o-que-a-pandemia-da-covid-19-piorou-para-meninas-e-mulheres</a>
14 - Situação das mulheres na pandemia é resultado de escolhas políticas e déficit de democracia	Folha de São Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/situacao-das-mulheres-na-pandemia-e-resultado-de-escolhas-politicas-e-deficit-de-democracia.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/situacao-das-mulheres-na-pandemia-e-resultado-de-escolhas-politicas-e-deficit-de-democracia.shtml</a>
15 - Como vivem as mulheres da economia solidária de São Paulo durante a pandemia?	Brasil de Fato	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/como-vivem-as-mulheres-da-economia-solidaria-de-sao-paulo-durante-a-pandemia">https://www.brasildefato.com.br/2021/03/30/como-vivem-as-mulheres-da-economia-solidaria-de-sao-paulo-durante-a-pandemia</a>
16 - Grupo de mulheres distribui milhares de marmitas em Paraisópolis	Ecoa (Uol)	<a href="https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/03/31/grupo-de-mulheres-distribuem-milhares-de-marmitas-em-paraisopolis.htm">https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/03/31/grupo-de-mulheres-distribuem-milhares-de-marmitas-em-paraisopolis.htm</a>
17 - Pandemia atrasa em uma geração progresso na igualdade de gênero, diz estudo	Isto É	<a href="https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-atrasa-em-uma-geracao-progresso-na-igualdade-de-genero-diz-estudo/">https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-atrasa-em-uma-geracao-progresso-na-igualdade-de-genero-diz-estudo/</a>
18 - Mulheres se preocupam mais que homens com os impactos da pandemia na saúde	Boa Forma	<a href="https://boaforma.abril.com.br/equilibrio/mulheres-impactos-pandemia-saude/">https://boaforma.abril.com.br/equilibrio/mulheres-impactos-pandemia-saude/</a>
19 - Exaustas: pandemia tem deixado mulheres mais cansadas com excesso de tarefas e pouco auxílio	Diário do Nordeste	<a href="https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/exaustas-pandemia-tem-deixado-mulheres-mais-cansadas-com-excesso-de-tarefas-e-pouco-auxilio-1.3064469">https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/estilo-de-vida/sisi/exaustas-pandemia-tem-deixado-mulheres-mais-cansadas-com-excesso-de-tarefas-e-pouco-auxilio-1.3064469</a>
20 - Pandemia e confinamento aprofundam solidão entre mulheres	Folha de São Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/pandemia-aprofunda-solidao-entre-mulheres.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/pandemia-aprofunda-solidao-entre-mulheres.shtml</a>

Partimos para a segunda etapa, de exploração do material. A categorização do material recolhido foi feita por meio de um processo de codificação dos dados, escolhendo unidades de registro e organizando-os em uma tabela. Para Bardin (2011), uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar, podendo este ser um tema, uma palavra ou uma frase. Essa categorização nos permitiu identificar os assuntos e os enquadramentos deles.

Criamos então, uma tabela contendo as 20 primeiras notícias da busca pelas palavras-chave “mulher e pandemia” no Google Notícias. Nesta tabela fizemos uma categorização com os seguintes campos: Título, Veículo, Autor/Autora, Data de publicação, Link, Tema principal, Subtemas, Enquadramento, Valores-notícia. Dentro da categoria tema, identificamos as temáticas abordadas e as separamos em quatro: Violência contra mulher, Trabalho (sendo este, subdividido em remunerado ou não remunerado), Saúde feminina e Liderança feminina. Algumas reportagens abrangeram mais de uma temática, então no somatório da recorrência de temáticas encontramos 12 referências ao Trabalho, 10 à Violência contra mulher, 6 à Saúde feminina e 2 à Liderança feminina.

Por fim, realizamos a terceira etapa, de inferência e interpretação dos dados, quando fizemos o tratamento dos resultados. A inferência, que vem do verbo *inferir* (deduzir de maneira lógica) é uma técnica de tratamento de resultados, orientada por condições de produção - emissor, quem produz a mensagem, e a própria mensagem, como ponto de partida - e eventualmente a recepção - a quem se destina essa mensagem. A interpretação dos dados se dá com uma retomada ao referencial teórico, procurando embasar as análises e dando sentido às conclusões, pautadas pela busca, em profundidade, do que está por trás dos significados do discurso dos enunciados.

Para complementar nossa categorização e análise dos dados, criamos uma nuvem de palavras<sup>39</sup> no software ATLAS.ti, o qual foi escolhido devido à sua ampla utilização para realização de análises qualitativas e seu acesso gratuito para uma determinada quantidade de documentos adicionados. Para o presente artigo, copiamos toda a parte textual e visual, incluindo legendas de fotos, datas de publicação, editorias, etc., e colamos em um documento, posteriormente utilizado para criar a nuvem de palavras apresentada a seguir.

---

<sup>39</sup> Uma ferramenta de análise visual na qual cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em determinado corpus, tratando, na maioria das vezes, de uma contagem simples, ou seja, quanto mais uma palavra aparece maior ela fica na imagem.



A partir dessa nuvem confirmamos o aparecimento de palavras que remetem à nossa categorização, devido ao tamanho em que elas aparecem na imagem. As palavras citadas mais vezes foram: mulheres, pandemia, trabalho e violência, citadas 377, 154, 141, 90 vezes, respectivamente.

Mesmo considerando que as demais matérias tratam de temáticas relevantes, optamos por concentrar nossa discussão em torno dos temas trabalho e violência, por sua recorrência em nossa categorização temática e pela confirmação da incidência das temáticas pela nuvem de palavras. Nos atemos então, a analisar as 16 reportagens que abordam a violência e o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: MULHERES E PANDEMIA						
Título da Reportagem	Veículo	Autor/Autora	Data	Tema	Enquadramento	Valores-notícia
1 - Pandemia aumenta diferença salarial entre homens e mulheres no RS	Estado RS Gov	Vagner Benites	30/03/21	Trabalho, Violência contra mulher	Dados do Estado: aumento da desigualdade salarial e da exposição de mulheres a situações de violência, menor participação na força de trabalho.	Impacto
2 - Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares	G1	Alexandro Martello	07/03/21	Violência contra mulher	A pandemia como fator para o aumento da violência contra mulher e quais são as ações de combate do Governo, por meio da Ministra Damares Alves.	Governo Tragédia/Drama

3 - Violência contra mulher cresce durante a pandemia no estado do Rio	Agência Brasil	Cristina Índio do Brasil	08/03/21	Violência contra mulher	Dados sobre o aumento da violência contra mulher e do feminicídio no estado do Rio de Janeiro e as problemáticas em torno disso.	Tragédia/Drama Impacto
4 - Pandemia ameaça apagar uma geração de frágeis avanços das mulheres na luta por direitos no mundo	El País	Pilar Álvarez	07/03/21	Violência contra mulher, Trabalho	História de mulheres mostrando como a pandemia impõe sofrimentos e desafios à população feminina (desemprego, violência, sobrecarga de trabalho, linha de frente contra a covid, retrocesso em direitos sexuais)	Tragédia/Drama Impacto
5 - Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema	InfoMoney	Mariana Fonseca, Giovanna Sutto	04/02/21	Trabalho	Desigualdade de gênero agravada pela pandemia. Mulheres trabalham em setores mais afetados e se responsabilizam mais pelos filhos. Especialistas falam da reinserção das mulheres no mercado.	Impacto
6 - O Assunto #405: Mulheres, as mais prejudicadas na pandemia	G1	Natuza Nery	08/03/21	Trabalho	O desemprego afetou mais o gênero feminino durante a pandemia e são também as que mais sofrem com depressão.	Impacto
7 - A resistência das mulheres na pandemia	Diário do Nordeste	Larissa Gaspar	29/03/21	Violência contra mulher, Trabalho, Liderança feminina	Na pandemia, mulheres são a maior parcela de pessoas desempregadas, pois ocupam os setores duramente atingidos: hotelaria, alimentação, serviços domésticos. Assim como a maioria na informalidade.	Impacto
8 - Como apoiar as mulheres para que não abandonem o emprego na pandemia	Uol	Denyse Godoy	30/03/21	Trabalho	Iniciativas de empresas para apoiar as profissionais mulheres em um contexto que as afetou mais duramente no mercado de trabalho. Consideram sua relação com o trabalho doméstico.	Impacto
9 - Vidas femininas importam: a luta das mulheres na pandemia	Nexo	Ireuda Silva	12/03/21	Violência contra mulher	Pandemia agravou problemas já conhecidos de violência e dificuldade de acesso a cargos de chefia, desigualdades ainda maiores com mulheres negras. Necessidade de criar um movimento permanente para lutar contra as desigualdades.	Impacto, Tragédia/Drama, Proeminência

10 - Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres	Galileu	Marília Marascilo	08/03/21	Trabalho, Violência contra mulher, Saúde feminina	Brasileiras estão enfrentando diferentes desafios aprofundados pela pandemia: dificuldades no cuidado com os filhos, pobreza, violência doméstica, distribuição ineficiente de contraceptivos.	Impacto, Tragédia/Drama
11 - Violência contra as mulheres: uma pandemia oculta agravada pela Covid-19	O Globo	María Noel Vaeza	08/03/21	Violência contra mulher	Por trás da pandemia visível, há uma pandemia oculta: violência de gênero contra as mulheres. Elas devem estar no centro de todas as políticas, ações e órgãos de decisão voltados para a recuperação pós-Covid.	Tragédia/Drama, Impacto, Proeminência
12 - Dia da Mulher: O que a pandemia da Covid-19 piorou para meninas e mulheres	CNN	María Camila Rincón Ortega	08/03/21	Violência contra mulher, Saúde feminina, Trabalho	No Dia Internacional da Mulher, foram resgatadas cinco desigualdades que a pandemia agravou para as mulheres: violência, trabalho (remunerado e doméstico), saúde mental, direitos reprodutivos.	Proeminência, Impacto
13 - Situação das mulheres na pandemia é resultado de escolhas políticas e déficit de democracia	Folha de São Paulo	Márcia Lima e Ian Prates	12/03/21	Trabalho, Violência contra mulher	O aumento da vulnerabilidade econômica, da violência e da sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres em meio à pandemia é o resultado de escolhas políticas e déficit de democracia.	Justiça, Impacto
14 - Como vivem as mulheres da economia solidária de São Paulo durante a pandemia?	Brasil de Fato	Martha Raquel	30/03/21	Trabalho	História de trabalhadoras autônomas que viram renda despencar com a pandemia. Abandono do Estado e a força da economia solidária.	Impacto, Conflito
15 - Pandemia atrasa em uma geração progresso na igualdade de gênero, diz estudo	Isto É	AFP	30/03/21	Trabalho	Dados de como a pandemia atrasou o tempo necessário para alcançar a paridade de gênero (desemprego, dobrou o fardo das mulheres entre o trabalho e as responsabilidades domésticas, abismo político).	Impacto
16 - Exaustas: pandemia tem deixado mulheres mais cansadas com excesso de tarefas e pouco auxílio	Diário do Nordeste	Claudia Riello	26/03/21	Trabalho e Saúde feminina	As mulheres foram as mais impactadas, cansadas de suas rotinas, esgotadas de forma física e mental, receberam todo o peso e responsabilidade de serem mais multitarefas. Cuidado do lar: trabalho não remunerado, essencial e invisível socialmente.	Impacto

### 2.3.1. Notícias sobre trabalho

As discussões sobre as relações e os papéis de gênero sofreram grandes modificações nos últimos anos, problematizando ainda mais o binário feminino-masculino, suas características, papéis e relações de poder. Sem esquecer que esses debates são realizados desde 1960 (e até antes disso) por lutas feministas, com as feministas negras e feministas socialistas (BIROLI, 2018).

O campo das teorias feministas é amplo e diverso, porém apresentam duas ideias centrais em comum que fundamentam as críticas dos movimentos ao contexto democrático em que vivemos. A primeira delas diz respeito ao entendimento de que os acontecimentos da esfera privada precisam ser considerados na análise da democracia, assim como são os da esfera pública. A segunda ideia considera que para avaliar os direitos individuais, é preciso considerar as formas pelas quais as relações de poder são vivenciadas. Quando se cria fronteiras entre esfera pública e privada, define-se que mulheres e homens têm lugares distintos e impossibilita a problematização das relações de poder imersas na esfera privada (BIROLI, 2018).

O primeiro passo para a problematização dessa dualidade é entender que ela não é natural. Só assim as disputas em torno do que é definido como privado e do que é definido como público podem ser compreendidas na sua relevância política (BIROLI, 2018, p.11)

Uma das problemáticas fundamentadas nessa questão e que corrobora para construção de padrões desiguais, violentos e injustos, é a divisão sexual do trabalho. Ao longo da história o que foi definido como trabalho e função da mulher, difere do que foi atribuído ao homem. Esta é uma forma de classificação do trabalho social que, para além da função das relações sociais entre os sexos, é um fator prioritário visando a sobrevivência dessa relação de gênero (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599).

Tais princípios são percebidos em diferentes culturas e sociedades ao longo da história e foram/são empregados em razão de “um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais”

sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599) e naturaliza essa distinção.

Mesmo sendo legitimados pela ideologia naturalista, não quer dizer que esta definição seja imutável. Pelo contrário, ela varia de acordo com o tempo e o espaço, ou seja, a questão não é a estabilidade dessa divisão, mas a distância entre os gêneros. Isso se confirma na existência de uma melhora na condição feminina no que diz respeito ao trabalho, mas a separação ainda continua exorbitante, a partir de novas configurações de divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Divisão esta que foi possível a partir da evolução de análises que passaram a considerar o trabalho doméstico como pertencente à atividade de trabalho, assim como o trabalho profissional. Porém, ainda existe uma invisibilidade em torno dessa atividade e uma naturalização quanto a sua realização ser uma função feminina:

Torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597).

Além disso, é necessário lembrar que o trabalho doméstico é majoritariamente realizado por mulheres negras, que são também 39% da população que exercem trabalhos precarizados, proporção 12% maior que de mulheres brancas (BIROLI, 2018). Portanto, “a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção de gênero” (BIROLI, 2018, p.23), e é interseccionada por raça e classe, visto que não incide da mesma maneira em mulheres brancas, negras e de diferentes classes sociais. Assim, “as hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens” (BIROLI, 2018, p.21).

Percebemos essa invisibilidade do trabalho doméstico, não remunerado, frente ao trabalho assalariado (HIRATA, KERGOAT, 2007) também no meio midiático, quando, em nossas análises, dividimos a temática “Trabalho” em subtemas: Trabalho remunerado - relativo ao mercado de trabalho e trabalho autônomo e/ou informal - e Trabalho não remunerado - incluindo para além das diversas tarefas domésticas da casa, a criação dos filhos. Nessa divisão encontramos 11 reportagens abordando o trabalho remunerado, sendo quatro destas discutindo exclusivamente este subtema, e sete que discutem o trabalho não remunerado, sendo uma reportagem apenas sobre este subtema.



Em nosso percurso analítico, percebemos a importância de analisar os títulos, visto que estes sintetizam a ideia, o raciocínio contido na reportagem, trazendo um elemento central, nuclear, para em poucas palavras dizer o que o texto vai abordar, ao mesmo tempo em que “reduz e simplifica as informações, interpreta o texto, dirige o entendimento do público sobre a notícia, mostrando, na prática, como o veículo posiciona-se sobre o assunto; é opinião disfarçada de emissão neutra” (MOUILLAUD, 1997, apud SILVA; FRANÇA, 2017, p.14).

Metade dos títulos, ou seja oito deles, identificam a pandemia como o principal agente da frase, sendo o principal responsável pela ocorrência ou agravamento das desigualdades e da violência de gênero, como nos excertos a seguir:

(I) “Pandemia ameaça apagar uma geração de frágeis avanços das mulheres na luta por direitos no mundo”

(II) “Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres”

Nos fragmentos I e II - dos portais: El País e Revista Galileu (grupo Globo), respectivamente - os títulos chamaram a atenção para a pandemia como principal fator de desigualdades. Essa construção discursiva silencia as responsabilidades dos agentes públicos pensarem em políticas públicas para mulheres, criando a impressão de que o problema não era grave antes, ou seja, trata a questão como excepcional, assim como a pandemia.

Quando se trata das questões relativas ao trabalho, das 12 reportagens, apenas cinco explicitam a temática nos títulos, sendo elas pertencentes aos portais: Estado RS Gov, InfoMoney, Uol, Brasil de Fato e Diário do Nordeste, respectivamente. Em semelhança ao parágrafo anterior, encontramos um título com demarcação da pandemia como principal agente da frase. No entanto, a pandemia aqui é tratada como um fator de agravamento dessas desigualdades:

(III) “Pandemia aumenta diferença salarial entre homens e mulheres no RS”

Outros títulos, também trazem a pandemia como fator de agravamento, porém colocando o foco na mulher:

(IV) “Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema”

(V) “Como vivem as mulheres da economia solidária de São Paulo durante a pandemia?”

No fragmento IV ao colocar a pandemia como parte do problema e trazer o marcador temporal (30 anos), evidencia-se que estamos diante de um problema histórico e estrutural. A participação das mulheres no mercado de trabalho é marcada pela diferenciação dos papéis sociais de mulheres e homens, nos quais aquelas, a partir de uma noção baseada na natureza, das mulheres como procriadoras, foram circunscritas à esfera privada, do trabalho doméstico não remunerado, que se apresenta como separada da esfera pública, mesmo não o sendo (PATEMAN, 2013). Além disso, há também uma dimensão racial, na qual as mulheres negras ocupam historicamente, mais trabalhos precarizados e informais, como o trabalho doméstico remunerado (BIROLI, 2018).

Já no excerto V, percebemos a necessidade de observar também o enquadramento da notícia para entender o que significa essa relação das mulheres com a economia solidária. Neste enquadramento, percebemos que a economia solidária se apresenta como alternativa de trabalho para mulheres que não estão inseridas no mercado tradicional e demonstra a instabilidade dessas trabalhadoras que com a pandemia perderam suas fontes de renda e não receberam auxílio do Estado para sobreviver a este contexto.

Essa instabilidade pode ser entendida a partir da divisão sexual do trabalho relativa à esfera pública. De acordo com, Yannoulas (2002) existe uma “divisão sexual horizontal do mercado de trabalho” segundo a qual, de acordo com as características culturais entendidas como femininas, as mulheres são absorvidas por setores específicos do mercado, como por exemplo, a enfermagem, que carrega uma função muito relacionada com o cuidado tido como natural das mulheres por serem mães, ou seja, “Quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza, etc.)” (YANNOULAS, 2002, p.15).

Por outro lado, existe também uma “divisão sexual vertical do trabalho”, aqui as mulheres se encontram em desvantagem em relação aos homens no que diz respeito aos salários, à ascensão funcional, ou seja alcançar cargos mais elevados, e também nas condições de trabalho, visto que, sendo o homem culturalmente considerado como o responsável pelo sustento familiar, as mulheres precisam, além de trabalhar, serem responsáveis pela organização da casa (YANNOULAS, 2002), culminando em um “acúmulo” de funções (HIRATA, KERGOAT, 2007). Considerando ainda que o acesso ao trabalho remunerado se dá de forma diferenciada, não apenas entre mulher e homem, mas também entre mulheres, na quais mulheres negras e mulheres pobres encontram maiores desigualdades e acabam por realizar trabalhos mais precarizados, informais e, portanto, com maior insegurança. A noção

de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres, dando acesso à esfera pública, não se aplica da mesma forma às mulheres negras que sempre precisaram trabalhar para sobreviver (BIROLI, 2018).

Em contraposição aos títulos anteriores, um outro título ressalta a mulher, mas não como sujeito principal da frase, visto que este seria algo ou alguém que precisa apoiá-la para que ela não deixe o mercado de trabalho:

(VII) “Como apoiar as mulheres para que não abandonem o emprego na pandemia”

No fragmento VII, a partir da análise também do enquadramento dessa notícia, na qual as empresas precisam auxiliar as mulheres para que estas não abandonem o mercado de trabalho devido às funções exercidas na esfera privada, observamos a relação cultural constitutiva da sociedade que encara a mulher como o elo mais frágil na relação entre os espaços públicos e privados, sendo as primeiras a abandonarem o espaço do trabalho remunerado quando o ambiente doméstico e familiar exige mais atenção (YANNOULAS, 2002). Isso é confirmado pela pesquisa<sup>40</sup> divulgada pela Catho na qual 30% das mulheres deixam o mercado de trabalho para cuidar dos filhos, uma proporção quatro vezes menor quando se analisa os homens, que constituem apenas 7% dessa divisão. Ademais, percebemos a necessária responsabilização das empresas em apoiar as trabalhadoras, mas, por outro lado, há um esquecimento da obrigação do Estado de fornecer esse auxílio. Além disso, existe uma diferente atribuição de responsabilidade do cuidado familiar pelas mulheres e pelos homens, visto que a reportagem aponta a necessidade de estender o auxílio a estes como forma dos mesmos poderem *dividir* as tarefas com elas, considerando assim, que as atividades seriam em primeiro momento responsabilidade das mulheres.

Na esteira da divisão sexual do trabalho, é necessário observar que existe apenas um título relativo ao trabalho que aborda o trabalho doméstico (não remunerado):

(VIII) “Exaustas: pandemia tem deixado mulheres mais cansadas com excesso de tarefas e pouco auxílio”

Esse excesso de tarefas é confirmado no enquadramento da notícia como junção do trabalho remunerado e não remunerado (doméstico) e o auxílio é relativo a divisão de tarefas entre os membros da família. A reportagem apresenta o cuidado do lar como um “trabalho não

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://glo.bo/3n9hLx5>. Acesso em 21 de abril de 2020.

remunerado, essencial e invisível socialmente”, porém, ao se tratar deste tipo de trabalho como “excesso de tarefas”, retira a carga de responsabilidade da divisão sexual do trabalho e o foco sobre as questões relativas a essa função. Essa discussão é realizada pelas autoras Hirata e Kergoat (2007) ao dizer que os estudos relativos ao trabalho doméstico diminuíram, mas mais do que isso, ao invés de questionar essa divisão e passar a entender o trabalho doméstico como, de fato, um trabalho tal qual o profissional, tratam-se dele como um complemento do trabalho assalariado, sendo chamado de “conciliação de tarefas”, “acúmulo”, “dupla jornada” (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Observamos por fim, que todas as reportagens que abordam a temática do trabalho apresentam o valor-notícia de impacto, evidenciando que esta discussão abarca um elevado número de pessoas envolvidas e afetadas pelo fato (SILVA, 2005), neste caso, as relações desiguais de divisão sexual do trabalho, aprofundadas durante a pandemia.

### **2.3.2. Notícias sobre violência**

Outra forma de entender essa desigualdade de gênero é a partir da violência contra mulher e da perpetuação de padrões violentos e naturalizados que reduzem à esfera privada o ser mulher e as funções atribuídas à elas. Tais ações são construídas culturalmente, em uma sociedade historicamente machista na qual as mulheres são socializadas contra o desenvolvimento e utilização da razão, sobretudo para alcançar o exercício do poder. Assim, são ensinadas para serem dóceis e apaziguadoras. Além disso, essas ações são permeadas por estruturas de poder e pelas relações sociais os agentes envolvidos (SAFFIOTI, 2015).

As dimensões de poder são exercidas e objetivadas no cotidiano das mulheres, expressando-se das mais variadas formas: no controle da sexualidade, na mercantilização dos corpos, na precarização do trabalho e nas várias expressões de violência (GUERRA, 2017, p.178).

A violência contra mulher, é, muitas vezes, entendida como violência de gênero, violência doméstica, violência familiar e, apesar de se sobreporem e se mesclarem, cada uma apresenta sua especificidade. A violência de gênero é a mais ampla, podendo envolver violência entre homens, entre mulheres e, a mais comum, entre homem e mulher, sendo nesta a mulher a mais violentada (SAFFIOTI, 2015). É necessário ressaltar também que a violência se dá por diversas formas e nunca de forma isolada, seja ela física, sexual, emocional ou moral. A violência familiar é compreendida pela violência de gênero e se caracteriza por envolver

membros de uma mesma família, seja ela consanguínea ou por afinidade. A violência doméstica por sua vez, tem sobreposições com a familiar, mas a extrapola, atingindo pessoas que não pertencem à família, e vivem parcial ou totalmente na residência do agressor (SAFFIOTI, 2015).

As raízes dessas violações remontam uma herança patriarcal<sup>41</sup>, de relação de poder e dominação masculina sobre as mulheres, que se atualiza até os dias atuais, de forma com que a sociedade normaliza e naturaliza as violências de homens sobre mulheres:

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer (SAFFIOTI, 2015, p.79).

A violência pode ser exercida também por mulheres, porém são extremamente raras, visto a supremacia masculina e a socialização das mulheres para a docilidade e não agressividade. Ademais, existem imbricações de gênero, raça/etnicidade e classe social que potencializam e tornam mais complexas essas desigualdades (SAFFIOTI, 2015).

Os elevados índices de violência fazem com que esta seja comumente noticiada nos meios de comunicação. Entretanto, a forma como as diversas violências são apresentadas, ou até mesmo silenciadas, varia muito, sendo as classes mais desfavorecidas e as mulheres negras as menos visibilizadas em situações de violência:

Os condicionantes sociais, econômicos e históricos que fundamentam a elevação dos índices de violência na sociedade não são lembrados, “[...] quando muito se diluem na forma sensacionalista em que são relatadas como notícias (FREIRE, 2009, p. 188, apud GUERRA, 2017, p.177).

Quando olhamos para as notícias que abordam a violência contra mulheres, categorizamos 10 reportagens sobre a temática. Dentre estas, percebemos títulos que atribuem à pandemia uma responsabilidade sobre as desigualdades de gênero, incluindo a violência e o trabalho, os quais foram anteriormente analisados. Identificamos, ainda, que apenas três reportagens trazem a palavra violência no título. A primeira delas, produzida pelo *GI*, apresenta, a partir da narrativa da Ministra Damares Alves, a pandemia como fator para o alto número de violência:

---

<sup>41</sup> Patriarcado é apresentado como: um regime, em permanente transformação, de dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015).

(IX) “Brasil teve 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020; pandemia é fator, diz Damares”

No fragmento IX, ao olhar também para o enquadramento da notícia percebemos que a reportagem não contestou ou contribuiu com outras reflexões que não fossem as dadas pela Ministra, que por sua vez responsabiliza a pandemia pelo aumento da violência, dizendo que “infelizmente tivemos de deixar dentro de casa agressor e vítima”, sem que fosse abordado o porquê da ocorrência dessas violências e muito menos como criar mecanismos de combate, apenas mostrando os feitos do Governo em atender às mulheres, vítimas de uma violência considerada inevitável diante da necessidade de isolamento.

De fato, a violência contra mulher ocorre grande parte das vezes dentro das casas e relações familiares - de acordo com a pesquisa<sup>42</sup> Datasenado de 2017 na qual 74% das mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica foram agredidas por homens com quem tem ou tiveram um relacionamento - podendo ser compreendida nestes casos, como violência doméstica, acontecendo no seio de uma relação afetiva (SAFFIOTI, 2015).

Entretanto, ao não discutir as expressões dessas violências, somos instigadas a questionar a “naturalização destes fenômenos, muitas vezes, tomados como ação isolada e pontual, circunscritos à esfera individual” (GUERRA, 2017, p.170). Ademais, um grande número de mulheres realiza as denúncias, porém continuam sofrendo violência, resultando, muitas vezes, em feminicídio, por isso é necessário pensar em políticas de prevenção (SAFFIOTI, 2015). Por outro lado, se faz necessário ressaltar também que a própria construção do ideal de família, muito defendido pela Ministra<sup>43</sup>, contribui para que as mulheres não denunciem as violências sofridas:

Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus(suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas (SAFFIOTI, 2015, p.78)

Passando para o segundo título, a reportagem realizada pela *Agência Brasil*, apresenta a violência contra mulher em crescimento durante a pandemia, não colocando a pandemia como principal agente, mas demarcando que ela faz parte desse aumento:

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3epNura>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3e8rMrq>. Acesso em 1 de maio de 2021.

(X) “Violência contra mulher cresce durante a pandemia no estado do Rio”

Nesta notícia, na qual o título se apresenta no excerto X, são apresentados dados que comprovam o crescimento da violência, assim como o aumento do feminicídio, trazendo luz ao assassinato de mulheres e às problemáticas em torno disso. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os casos de feminicídio cresceram 22,2%, nos primeiros meses da pandemia, em 12 estados do país, se comparado ao ano anterior de 2019<sup>44</sup>. Além disso, o Mapa da Violência contra a Mulher (2012) revelou que 71,8% dos crimes de feminicídio ocorreram na residência ou habitação das mesmas, o que “significa que, diferentemente dos homens, cujas mortes ocorrem de forma majoritária pela denominada violência urbana, as mulheres são assassinadas nas suas casas, vítimas da violência doméstica” (GUERRA, 2017, p.170)

Ao abordar a temática da violência utilizando a expressão feminicídio, a reportagem chama atenção por uso de uma linguagem anti sexista, “dada a força das palavras, é interessante disseminar o uso do *feminicídio*, já que *homicídio* carrega o prefixo de homem” (SAFFIOTI, 2015, p.50).

A terceira reportagem, do veículo *O Globo*, é a única que exprime um posicionamento claro e demarcado já no título, ao definir a violência contra mulher como uma pandemia oculta:

(XI) “Violência contra as mulheres: uma pandemia oculta agravada pela Covid-19”

O enquadramento da notícia corrobora com o título apresentando a violência como um grave problema que precisa estar no centro de todas as políticas, ações e órgãos de decisão voltados para a recuperação pós-Covid. É necessário ressaltar que essa matéria, no formato de artigo de opinião, faz parte de uma editoria do site chamada Celina, que tem a proposta de trazer conteúdos sobre mulheres, gênero e diversidade. Além disso, ela foi escrita pela María Noel Vaeza, Diretora Regional da ONU Mulheres<sup>45</sup> para a América Latina e o Caribe, demonstrando assim, a necessária representação de mulheres nas produções, elaborações e escritas de conteúdos que abordem suas próprias desigualdades vividas.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3gNjffn>. Acesso em 30 de abril de 2021.

<sup>45</sup> ONU Mulheres é uma entidade das Nações Unidas, criada em 2010, com objetivo de “unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 6 de Maio de 2021.

Por outro lado, mesmo não citando a violência no título, essa outra reportagem, realizada pelo *Nexo*, aborda essa questão, assim como aponta a importância e a luta das mulheres na pandemia:

(XII) “Vidas femininas importam: a luta das mulheres na pandemia”

A informação de que as “vidas femininas importam” apresentada desse modo afirmativo pode deixar subentendida a crença de que essas vidas femininas normalmente não importam ou não são muito visibilizadas. Esta demarcação pode ser lida em uma relação interdiscursiva com a discussão do movimento “vidas negras importam” que tomou as ruas dos Estados Unidos após a morte do George Floyd em maio de 2020<sup>46</sup>. Além disso, esta matéria é a única que discute a questão racial dentro da violência, apontando como as desigualdades de gênero, sejam elas de violência ou de trabalho, afetam de forma mais profunda as mulheres negras. Se faz necessário ressaltar que esta notícia foi escrita por uma mulher negra, ativista social, racial e de gênero, a vereadora de Salvador, Ireuda Silva. Portanto, percebemos que a relação entre violência e raça é pouco pautada nas mídias:

Os meios de comunicação assumem, portanto, a função de unificar ideologicamente uma identidade coletiva cada vez mais fragmentada, tentando apagar, camuflar as diferenças étnicoraciais e de gênero e as desigualdades sociais. De um lado, possibilitam a criação de elementos simbólicos que subsidiam a construção de significados, valores e práticas de grupos ou classes sociais, do outro, indicam e veiculam imagens, discursos e representações que buscam dar coesão aos estratos que formam a totalidade social (GUERRA, 2017, p.172).

Por fim, identificamos que quando se trata de violência contra mulher, ao longo de todas as matérias, existe uma prevalência do valor-notícia de tragédia/drama, visto que traz emoção e interesse humano, abordando as questões de violência, de crimes e risco de morte ou morte, quando se remete ao feminicídio. Ademais, aparecem também, assim como nas reportagens sobre trabalho, considerando inclusive que algumas das notícias abordam ambos temas, os valores-notícia de impacto, relacionado ao número de pessoas envolvidas nessa relação de violência, principalmente se tratando das mulheres brasileiras.

Por outro lado, percebemos que quando as notícias são feitas por colunistas, ou seja, se configuram como artigo de opinião, elas não são guiadas necessariamente pelos critérios de

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-07/black-lives-matter-o-rumo-incerto-do-grande-movimento-antirracista.html>. Acesso em 9 de maio de 2021.



noticiabilidade e assim, problematizam a violência para além da pandemia de forma mais profunda e questionadora. Conforme Mário Erbolato (2006) os artigos de opinião tendem a ter uma relação com a realidade, mas apresentam o ponto de vista de quem escreve. Portanto, existe uma flexibilização dos critérios de noticiabilidade, visto que neste gênero jornalístico o que impera é a relação de atualidade, ou seja, a tematização de um fato contemporâneo, mas a forma como se concretiza essa informação na escrita, depende da perspectiva e do ponto de vista do próprio autor (ERBOLATO, 2006).

## **2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises percebemos que as temáticas da violência e do trabalho são abordadas e problematizadas de formas diversas a partir das notícias divulgadas pelos veículos midiáticos em questão. Por vezes, a pandemia é enquadrada como principal agente do aumento das desigualdades, gerando a impressão de que estas, sejam relacionadas ao trabalho ou à violência, não eram graves antes da covid-19. Por outro lado, existem abordagens que apresentam o trabalho e a violência como problemáticas existentes há muitos anos e que se apresentam de forma oculta na sociedade.

Identificamos também que ao abordar o trabalho, existe, nos títulos, um silenciamento do trabalho doméstico, sendo este uma invisibilizada responsabilidade da mulher que é naturalizada e relacionada à esfera da casa, ou seja, do espaço privado. Ademais, quando o trabalho doméstico é apresentado no título, se vê nominado como uma “conciliação de tarefas”, o que retira a carga de responsabilidade da divisão deste trabalho.

As reportagens demonstram, ainda, a instabilidade das mulheres no mercado de trabalho. Elas ocupam grande parte dos trabalhos informais e precarizados, sendo as mulheres pobres e negras as mais afetadas. Além disso, devido a uma “divisão sexual vertical do trabalho”, os acessos aos cargos mais altos e de poder são mais difíceis para as mulheres, que recebem também salários menores por funções iguais às dos homens. Enquanto eles são considerados os responsáveis pelo sustento familiar, as mulheres são consideradas responsáveis pelo trabalho doméstico, acumulam funções e, quando o ambiente familiar demanda maior dedicação, acabam deixando o mercado de trabalho.

No que diz respeito à violência, percebemos, em alguns momentos, o silenciamento de suas raízes e uma naturalização da mesma circunscrita à esfera individual. Por outro lado, aparece também a preocupação voltada à necessidade de políticas efetivas para enfrentamento da violência e a marcação do aumento do feminicídio. Identificamos a abordagem da violência

como uma desigualdade de gênero, mas também de raça e classe social, porém esta se dá em apenas uma notícia, mostrando como ainda são questões invisibilizadas.

Por fim, percebemos que alguns valores-notícia se fazem presentes, mas os mais acionados são o de impacto quando relacionado ao trabalho, considerando o grande número de pessoas envolvidas, e o de tragédia/drama no que diz respeito à violência, apontando questões de interesse público, de violência e de morte, no caso do feminicídio. Este último valor-notícia parece sinalizar que o interesse público imaginado pelos(as) jornalistas, que escrevem a matéria e acionam o valor, está mais interessado na dinâmica da tragédia, do grotesco, e nos contornos de emoção, do que nas causas, consequências e discussões que aquele relato pode apresentar. A nossa sociedade parece se sentir afetada por essas mortes e violências nessa dimensão do afeto, do sentido. Mas não parece estar disposta, ou não tem acesso a informações que permitam ela refletir sobre essa situação em outros termos, como por exemplo a necessidade de políticas públicas e da contextualização das violências em termos históricos.

Portanto, fica evidente que a violência contra mulher e as divisões sexuais de trabalho são apresentadas na mídia e afetam um grande contingente de pessoas. Porém, ainda são poucas as notícias que abordam essas discussões de forma mais profunda, completa e, de fato, questionando as desigualdades de gênero com intuito de gerar mudanças. Sendo estas matérias, grande parte das vezes, escritas por colunistas e, por isso, não são restritas aos critérios de noticiabilidade.

## 2.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2011. Editora Edições 70 - Brasil, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, José. Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25 (58), jan.-abr (edição revista, anotações de atualização). São Leopoldo: Unisinos, 2011a, p. 62-77.

BRAGA, José. Luiz. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação e Mdiatização**. Livro Compós 2012. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. In: **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, set-dez, 2017.

GUERRA, Eliana Costa. Violência contra mulher no espaço midiático brasileiro. **Temporais**, Brasília (DF), ano 17, n.33, p.167-192, jan./jun. 2017.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HJARVARD, Stig. Da mediação à midiaticização: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo**. Jun/Dez 2015, V.2, Nº 3. 2015. P. 51-62.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. **Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)**. Tese (Doutorado). Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (org). **Teoria política feminista**. Textos centrais. Niterói (RJ): Editora da UFF, Editora Horizonte, 2013, p.55-79.

PROCÓPIO, Carla. GONÇALVES, Isabella. PROCÓPIO, Mariana. Opinião pública e enquadramentos sobre o COVID-19: uma análise do contexto prisional brasileiro. **Temática**, ano XVII, n. 03, p.17-32, março/2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol II, N.º. 1 – 1º. Semestre 2005, p. 95-107. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>. Acesso: 10/04/2021.

SILVA, Terezinha. FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-compós**, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Relações de gênero no mercado de trabalho: panorama geral sobre a realidade das mulheres no mundo e nas relações de trabalho. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda, 2002, p. 15-38.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho, apontamos nosso objetivo de analisar como os problemas vividos por mulheres durante a pandemia do covid-19 são abordados, divulgados e problematizados pela mídia e pelo Governo por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em um contexto de midiaticização e desigualdades de gênero, a partir de uma análise discursiva e uma análise de conteúdo.

Para tanto, dividimos a monografia em 2 artigos, o primeiro abordando o discurso organizacional e o segundo a análise midiática. Assim, a partir da análise discursiva da cartilha *mulheres na covid-19* criada pelo MMFDH identificamos a elaboração de imaginários que tendem a reforçar um ideal de feminilidade específico e a naturalizar relações de violência, ao silenciar essa discussão. Já a partir da análise de conteúdo sobre as notícias veiculadas ao pesquisar as palavras-chave “mulheres” e pandemia”, percebemos uma maior tematização relativa à violência contra mulher e às desigualdades no trabalho, sendo este dividido, por nós, em trabalho remunerado e não remunerado.

Compreendemos ao relacionar os dois capítulos que tanto a violência contra mulher, quanto o trabalho são problemáticas recorrentes e reconhecidas pelo Governo e por meios diversos de comunicação, seja ele jornalístico ou institucional. Porém como essas temáticas são abordadas, enquadradas e visibilizadas difere dentro dos veículos midiáticos e em relação ao discurso governamental.

A violência é percebida a partir de algumas reportagens que compuseram nosso *corpus* como uma pandemia oculta, demonstrando que para muito além desse contexto, a violência é uma problemática gravíssima e que afeta diversas mulheres no Brasil. Além disso, necessita de políticas efetivas para combater suas causas e também combater o aumento do feminicídio. Por outro lado, a questão racial, que é uma interseção totalmente presente na violência contra mulher, é silenciada, visto que aparece em apenas uma reportagem. Ademais, percebemos o aumento da violência também sendo atribuído como consequência da pandemia, criando a ideia de que antes a situação não era tão alarmante. Esta abordagem foi feita em uma reportagem a partir de uma entrevista com a Ministra do MMFDH, Damares Alves, que na cartilha, por sua vez, também não aborda sobre as raízes da violência, silenciando essa discussão. Portanto, percebemos o órgão que representa o Governo em questões relativas às mulheres, como pouco preparado para trabalhar em prol de uma drástica diminuição da violência contra mulher.

Já a temática do trabalho, é percebida nas notícias a partir da instabilidade da mulher no mercado de trabalho formal, na dificuldade de acesso a cargos de poder e a salários iguais, sendo essas características perpassadas e potencializadas pela racialidade. Além disso, identificamos um silenciamento da divisão sexual do trabalho, no que diz respeito ao trabalho doméstico, atribuído de forma naturalizada às mulheres, trabalhos estes que ainda se apresentam como “tarefas”, diminuindo assim o peso da divisão desigual deste trabalho.

Estas questões estão completamente relacionadas aos imaginários sociodiscursivos do ser mulher constituídos pela cartilha, inseridos no contexto doméstico e vinculados ao pensamento de caráter biológico de justificação do papel da mulher. Demonstrando assim, uma definição do ser mulher engessada e relacionada à esfera do espaço privado, enquanto às do homem pertencem ao espaço público, “em geral, pode-se dizer que a masculinidade tem de estar sempre a ser construída e confirmada, ao passo que a feminilidade é tida como uma essência permanente, naturalmente reafirmada nas gravidezes e partos” (ALMEIDA, 2000, p. 66). Na cartilha percebemos um ideal de feminilidade que constrói e reforça a mulher como necessariamente mãe, a principal responsável pelo cuidado com a família/ambiente familiar, e pelo cuidado com os filhos. Além disso, é emotiva, instável, impulsiva e insegura, principalmente quando inserida no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que esses veículos jornalísticos ou institucionais, são também organizações, e por isso, compostos por multiplicidades, por diferentes pensamentos e consequentemente linhas editoriais diferentes. Sendo assim, é mais perceptível que nestes meios encontramos abordagens mais amplas, variadas e profundas sobre os assuntos, como ao trazer a violência como uma pandemia oculta ou apresentar o trabalho doméstico como invisível. Por outro lado, na cartilha, fica evidente que estamos diante de uma construção de representação feita a partir de uma estabilização do discurso e identidade organizacional, em torno dos ideais do governo. Realidade que poderia ser diferente caso a cartilha tivesse trazido outras fontes de informação, como por exemplo estudos e especialistas, que poderiam contribuir para o debate. Entretanto, da forma como foi estruturada ela, na verdade, naturaliza determinados papéis para a mulher e determinadas características femininas que a mulher deve ter.

Por fim, percebemos ao relacionar as duas análises a existência de um processo de mão dupla, característico da midiaticização, no qual a mídia influencia a sociedade, elaborando formas de pensar e agir, ao mesmo tempo em que as questões que aparecem na sociedade agenciam e viram pautas para serem noticiadas na mídia.

Para além das reflexões e análises desenvolvidas aqui algumas outras questões poderiam ser desenvolvidas em trabalhos posteriores, como a construção de imaginários sociodiscursivos sobre ser mulher nas notícias analisadas; as próprias temáticas sobre liderança e saúde feminina que também apareceram nas notícias, mas de forma menos representativa; a construção do discurso organizacional do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos a partir de outras categorias teórico-analíticas da semiolinguística, como o *Ethos*; assim como uma análise discursiva mais aprofundada, definindo o contrato de comunicação, e observando outras estratégias que possivelmente podem ter sido utilizadas pelo Ministério na construção discursiva da cartilha.

Quando optamos por realizar as duas análises sabíamos que não daria para abarcar todas as discussões que gostaríamos, devido ao tempo, espaço e fôlego para uma primeira pesquisa científica. Mas entendemos que fazer as duas discussões, observando um pouco do discurso governamental, por meio do MMFDH, e também os discursos midiáticos, traria para nós uma visão mais ampla e diversa sobre a real representação e discussão das problemáticas que envolvem as mulheres neste contexto.

Essa monografia, para além de contribuir muito para minha formação como pesquisadora aprendendo, a cada dia que passava, um pouco mais dos processos e métodos científicos, contribuiu extremamente para minha formação como futura jornalista, comunicadora, assim como mulher e cidadã. A partir das discussões teóricas aprofundei o entendimento de conceitos, já discutidos em disciplinas ao longo da graduação, de análise discursiva, imaginários sociodiscursivos, identidade, discurso organizacional. Além disso, ampliei o repertório de discussões teóricas ao pesquisar sobre temas ainda não estudados por mim anteriormente, como análise de conteúdo, midiaticização, critérios de noticiabilidade, valores-notícia e principalmente compreendi mais profundamente a diversidade, grandeza e amplitude do conceito de gênero, sempre interseccionado com raça e classe, além de entender a feminilidade como um conceito, já experimentado na pele, mas que ainda não tinha uma conceituação teórica em minha mente.

Essa pesquisa me deixa, hoje, mais preparada para trabalhar como a jornalista e comunicadora que pretendo ser. Entendendo a comunicação como uma relação, que nós não controlamos, mas que podemos contribuir para que seja mais plural, democrática e que trabalhe não para manter estereótipos ou com foco na venda, mas para construir uma sociedade onde as identidades e as diferenças sejam respeitadas, possam existir e, mais do que isso, possam assumir seus lugares de fala para construção de uma comunicação e de um jornalismo mais diverso e representativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.V. **Senhores de si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de século, 2000.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. **Organicom**, nº 7, 2007, p. 229-243.

BALDISSERA, R; MAFRA, R. Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional. In: FARIAS, L. A. de; LEMOS, E. L.; REBECHI, C. N. (orgs.). *Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas*. 1ed. São Paulo/SP: **Abrapcorp**, 2020, v. 1, p. 271-289.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2011. Editora Edições 70 - Brasil, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, José. Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25 (58), jan.-abr (edição revista, anotações de atualização). São Leopoldo: Unisinos, 2011a, p. 62-77.

BRAGA, José. Luiz. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação e Mdiatização**. Livro Compós 2012. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Análise Semiolingüística do Texto e do Discurso. In: PAULIOKONIS, M. A. L. **Da Língua ao Discurso** – reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. 7ª ed. Fortaleza: **Entrepalavras**, 2017, p.571-591.

CONNELL, Raewyn. Políticas de Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 185-206, 1995.

D'ÁVILA, Manuela. **Porque Lutamos?** 2ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

DINIZ, A. P. R. Feminilidades e masculinidades no trabalho. In: Alexandre de Pádua Carrieri; Juliana Cristina Teixeira; Marco César Ribeiro Nascimento. (Org.). **Gênero e trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 1-367.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana C; MESSA, Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. **Contemporânea**. v.4, m.2, dez 2006, p. 65-82.

ETZIONI, A. (1980). **Organizações Modernas**. 6. ed. São Paulo, Editora Atlas.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. In: **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, set-dez, 2017.

GUERRA, Eliana Costa. Violência contra mulher no espaço midiático brasileiro. **Temporais**, Brasília (DF), ano 17, n.33, p.167-192, jan./jun. 2017.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HJARVARD, Stig. Mdiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes** Ano 5 - nº 2 jan. /jun. 2012 - São Paulo - Brasil - p. 53-91.

HJARVARD, Stig. Da mediação à midiatização: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo**. Jun/Dez 2015, V.2, Nº 3. 2015. P. 51-62.

Hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. 12ª Edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. Tradução: Bhuvli Libanio.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (org). **Teoria política feminista**. Textos centrais. Niterói (RJ): Editora da UFF, Editora Horizonte, 2013, p.55-79.

PROCÓPIO, Carla. GONÇALVES, Isabella. PROCÓPIO, Mariana. Opinião pública e enquadramentos sobre o COVID-19: uma análise do contexto prisional brasileiro. **Temática**, ano XVII, n. 03, p.17-32, março/2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARMENTO, RAYZA. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Revista Teoria & Pesquisa** (ON LINE), v. 28, p. 97-117, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol II, N °. 1 – 1º. Semestre 2005, p. 95-107. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>. Acesso: 10/04/2021.

SILVA, Terezinha. FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | **E-compós**, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017.



SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz (Orgs.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.73-102.

SILVA, Magno. V; BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Discurso organizacional: epicentro de (des)identificação e vestígio de experiências públicas. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém / PA. Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: **Intercom**, 2019. v. 1. p. 1-15.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VALENTIM, Tábatha Silva; PROCÓPIO, Mariana Ramalho; FONSECA, Anna Clara Araújo. Representação feminina por marcas de cerveja: uma análise semiolinguística do vídeo *skol reposter*. In: Revista **Travessias e Cascavel**, v. 12, n. 4, ed. esp., p. 86 – 104, dez. 2018.

VIEIRA, L. G. As mulheres e a cozinha: discussões de gênero e feminilidades. VIEIRA, L. G. **A história de uma cozinheira**: imaginários do universo culinário e gastronômico na narrativa de vida do livro de cozinha todas as sextas. Viçosa, 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, p.50-54.

XAVIER, Mariana Ramalho Procópio. **A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Relações de gênero no mercado de trabalho: panorama geral sobre a realidade das mulheres no mundo e nas relações de trabalho. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê**: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora Ltda, 2002, p. 15-38.